

**ILUSTRÍSSIMO (A) SENHOR (A) PRESIDENTE DA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO
CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL DA 12ª
REGIÃO – CRESS/SC.**

**Edital n. 01/2021 - Tomada de Preços
Processo Administrativo n. 15/2021**

**LEONARDO FALCÃO RIBEIRO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE
ADVOCACIA**, pessoa jurídica de direito privado, regularmente inscrito no
CNPJ/MF sob o nº 27.074.636/0001-34, escritório de advocacia inscrito no
quadro da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB/RO sob o nº de registro
028/2016, com sede no endereço profissional Situado à Rua Dom Pedro II, 637,
Ed. Centro Empresarial Porto Velho, 5º andar, Sala 512, bairro Caiari – Porto
Velho/RO, CEP 76.801-910, primeira filial localizada na Rua Conselheiro
Laurindo, nº 600, 7º andar, sala 705, Centro em Curitiba/PR, CEP 80.060-100 e
segunda filial localizada na Rua Araújo Figueiredo, n. 119, Edf. Velloso, 12º
andar, sala 1205, Centro em Florianópolis/SC endereço de e-mail:
leonardo@advocacialfr.adv.br, contato@advocacialfr.adv.br, luiza@advocacialfr.
adv.br, neste ato representado por seu sócio proprietário, Dr. Leonardo Falcão
Ribeiro, advogado devidamente inscrito na OAB/RO sob o nº 5408, vem,
respeitosamente, apresentar, com fulcro no **DESPACHO DE RATIFICAÇÃO**

PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO

Em face da resposta aos recursos administrativos proferida pela Sra. Thamiry Sampaio da Rocha – Presidente da Comissão de Licitação e posteriormente ratificado pelo Despacho de ratificação emitido pela Sra. Viviana Wachtel Seleme – Conselheira Presidente deste Conselho Regional de Serviço Social de Santa Catarina, 12ª Região.

I – DA TEMPESTIVIDADE

É o presente Pedido de Reconsideração apto e tempestivo visto que de acordo com o despacho de ratificação proferido pela Excelentíssima Senhora Conselheira Viviana Wachtel Saleme fora ofertado o prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data do despacho (19/10/2021) para que fossem apresentados os pedidos de reconsideração da decisão de resposta aos recursos administrativos.

Assim, são as razões ora formuladas tempestivas, uma vez que o termo final do prazo recursal na esfera administrativa apenas se dará em data de 25 de outubro do ano em curso, razão pela qual deve essa respeitável Comissão de Licitação conhecer e julgar o presente pedido de reconsideração.

II – DOS FATOS

De forma sucinta, tem-se que este escritório de advocacia ora manifestante participou do procedimento licitatório intitulado como Tomada de Preços nº 01/2021. Referida licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestar serviços de consultoria e assessoria jurídica nas mais

diversas áreas de necessidade do Conselho Regional de Serviço Social da 12ª Região.

Em 04 de outubro de 2021 ocorreu a sessão designada para o julgamento das propostas, realizando a aferição da nota técnica. Contudo, ao analisarem a documentação da proposta técnica desse manifestante, a CPL não concedeu a esse os pontos que realmente dever-lhe-iam ser atribuídos, de modo que o licitante ora manifestante ficou, de acordo com seu entendimento, com uma pontuação baixa que não compreende de fato a soma da pontuação que lhe era devida em virtude do rol dos documentos apresentados. Em decorrência de tal motivo, apresentou recurso administrativo. Contudo, a comissão de licitação negou provimento a medida recursal.

Com a publicação do despacho de ratificação, o Conselho Licitador, homenageando o princípio do contraditório e da ampla defesa, abriu prazo para eventual interposição de pedido de reconsideração da decisão por parte dos licitantes, **motivo pelo qual apresenta-se o presente pedido de reconsideração, onde são apresentadas questões antes não enfrentadas e argumentos relevantes que possuem inclusive respaldo jurídico e embasamento nas jurisprudências do Tribunal de Contas da União, órgão de controle externo do governo federal que auxilia o Congresso Nacional na missão de acompanhar a execução orçamentária e financeira do país e contribuir com o aperfeiçoamento da Administração Pública em benefício da sociedade.**

III – DA LEGALIDADE DO PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO

Da mesma forma do direito de petição, o pedido de reconsideração também está preconizado na Constituição Federal brasileira, estando devidamente inserido dentre as possibilidades de se fazer valer o princípio do

contraditório e da ampla defesa, garantias fundamentais conferidas por meio de cláusula pétrea.

Tal súplica possibilita a revisão de decisões, atos e ou procedimentos já realizados.

Especificamente quanto aos processos administrativos, tem-se que o pedido de reconsideração pode ser solicitado a qualquer tempo, nesse sentido observe o exposto no artigo 65 da Lei Federal nº 9.784/1999 que regula o processo administrativo:

Art. 65. Os processos administrativos de que resultem sanções poderão ser revistos, a qualquer tempo, a pedido ou de ofício, quando surgirem fatos novos ou circunstâncias relevantes suscetíveis de justificar a inadequação da sanção aplicada. Parágrafo único. Da revisão do processo não poderá resultar agravamento da sanção.

O pedido de reconsideração implica no juízo de retratação que também encontra parâmetro no teor da Lei Federal n. 9.784/1999:

Art. 56. Das decisões administrativas cabe recurso, em face de razões de legalidade e de mérito. § 1º O recurso será dirigido à autoridade que proferiu a decisão, a qual, se não a reconsiderar no prazo de cinco dias, o encaminhará à autoridade superior.

O juízo de retratação é a oportunidade conferida à autoridade julgadora de rever, parcial ou totalmente, sua decisão, seja por razões de mérito (conveniência e oportunidade), seja por razões de legalidade. Trata-se de uma das facetas do dever-poder de autotutela da Administração Pública, em que o órgão julgador percebe alguma inconsistência na decisão proferida, e se antecipa ao poder reformador exercitável em momento posterior pela autoridade superior. Ademais é importante ressaltar que o princípio da autotutela encontra guarida na Súmula 473 do STF, nos fundamentos *in verbis*:

A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

Após o exposto, considerando que o caso concreto trata-se de um procedimento administrativo, pede-se a reconsideração do julgamento do recurso administrativo anteriormente interposto.

IV - DAS RAZÕES DO PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO

III.1 – DA LIMITAÇÃO DOS PONTOS AOS ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA

A entidade promotora da licitação, ao limitar os atestados àqueles oriundos apenas de entidades de direito público, adota interpretação que além de incorreta segue pela via da restrição ilegítima de amplitude de participação, logo, **viola abertamente o inciso I, §1º, art. 3º da Lei n. 8.666/93** o qual veda aos agentes públicos "admitir, prever, incluir [...], nos atos de convocação, cláusulas ou condições que **comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato;**".

Requerer atestados de capacidade técnica somente emitidos por pessoas jurídicas de direito, por exemplo, público, ou, então, apenas de direito privado **viola o Princípio da Legalidade (art. 37, CF), pois os critérios habilitatórios perfazem atos administrativos vinculados ao teor do artigo 27, lei 8.666/93 e é direito do licitante comprovar sua aptidão com atestados emitidos por entes de qualquer regime de direito.**

Assim, tem-se que o Conselho de Serviços Sociais ao restringir os atestados capazes de pontuar aos que sejam tão somente emitidos por pessoas de direito público e / ou por Conselhos Fiscais, age de forma equivocada,

interpretando de forma errada os preceitos e princípios legais, principalmente aqueles que dispõe sobre licitação.

A Administração não pode limitar a aceitação de atestados emitidos apenas por entidades de direito público, DE IGUAL FORMA, NÃO PODE APLICAR UMA PONTUAÇÃO MAIOR PARA ATESTADOS EMITIDOS POR CONSELHOS FISCAIS.

Tal entendimento não pode prevalecer, pois perverte o sentido da norma que versa sobre licitação, isonomia, legalidade, competitividade, **limitando a participação de licitantes nas competições públicas.**

Sabe-se que conforme a sistemática adotada pela Lei nº 8.666/93, na etapa de habilitação, entre outros aspectos, a Administração deverá analisar a qualificação técnica dos licitantes, com o objetivo de aferir se dispõem de conhecimento, experiência e aparelhamentos técnico e humano suficientes para satisfazer o contrato a ser celebrado. Para isso, a Lei de Licitações autoriza a Administração a exigir a comprovação da capacitação técnico-operacional, nos termos de seu art. 30, inc. II, e a comprovação da capacitação técnico-profissional, de acordo com seu art. 30, § 1º, inc. I. **Contudo, tais exigências não devem ser de forma EXCESSIVA, visto que acarretam em direcionamento de licitação, restrição a competitividade da licitação, bem como em requerimentos indevidos, contrariando de forma latente os dispositivos legais e os princípios licitatórios.**

As exigências realizadas no edital de licitação tomada de preços n. 01/2021, especificamente o fato do Conselho condicionar a pontuação da técnica aos atestados de capacidade técnica emitidos por somente pessoas jurídicas de direito público, somente aceitar os atestados que de forma expressa atestem que foram realizadas representação extrajudicial, aplicar pontuação maior para os atestados emitidos por Conselhos Fiscais, atribuindo uma distinção desnecessária e inclusive destoante do entendimento do TCU, AFRONTA

diversos Princípios Básicos, entre eles o Princípio da Legalidade, da Moralidade, da Competitividade e da Eficiência.

O rigor exagerado na fixação das exigências pode restringir a competitividade do certame, pois quanto mais exigências, menor o número de pessoas aptas a cumpri-las. Pior, se nem todas as exigências forem justificáveis em vista do risco e da complexidade envolvidos na contratação, tal restrição terá sido imotivada.

Além do mais, reitera-se é irregular a exigência de atestado de capacidade técnica emitido apenas por pessoa de direito público. Ora, é sabido que os atestados de capacidade técnica são um meio de proteger a Administração Pública de contratar licitantes inaptos, assim como, sua exigência restrita à legalidade, é forma de garantir o caráter competitivo do certame em benefício de todos. Por meio do atestado, o licitante demonstrará que tem experiência para executar o objeto da licitação.

A partir disso, a jurisprudência do Tribunal de Contas da União – TCU é clara e tem seguido a linha de que não é permissível a exigência de atestado de capacidade técnica fornecido apenas por pessoas jurídicas de Direito Privado ou Direito Público.

Nesse sentido, o **Acórdão nº 2.971/2016, da 1ª Câmara do TCU**, deu ciência ao município sobre a impropriedade observada nos editais das tomadas de preços, de que a exigência de atestado de capacidade técnica fornecido apenas por pessoas jurídicas de direito público, em dissonância com o art. 30, § 1º, da Lei nº 8.666/1993. Assim, a Administração Pública deve seguir as diretrizes da Lei Geral de Licitações e Contratos – Lei nº 8.666/1993 – que determina que a comprovação de aptidão no caso das licitações pertinentes a obras e serviços, será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de Direito Público ou Privado.

Observe a íntegra do acórdão acima citado:

Acórdão 2971/2016-TCU-Primeira Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de representação, de iniciativa da Secex-RO, por meio de que foram noticiados indícios de irregularidades em licitações realizadas pela Prefeitura de Alto Alegre dos Parecis/RO;

Considerando que a unidade técnica solicitou à referida prefeitura municipal os processos referentes às tomadas de preços 3/2012 (pavimentação de vias), 4/2012 (ampliação de sistema de abastecimentos de água) e 5/2012 (construção de quadra de esportes escolar) e aos convites 5/2013, 6/2013, 7/2013 e 8/2013 (todos referentes a ampliação de postos de saúde);

Considerando que consoante a Secex/RO o exame da documentação encaminhada em resposta não constatou, a princípio, indícios, qualquer exigência indevida nos editais dos convites;

Considerando que, conforme descrição contida na instrução da unidade técnica, foram detectadas exigências indevidas nos editais das tomadas de preços, não tendo sido constatados, entretanto, elementos suficientes a comprovar indícios de prejuízo à competitividade do certame ou à obtenção da proposta mais vantajosa para a administração;

Considerando as propostas uniformes da unidade técnica no sentido de que a presente representação seja conhecida e, no mérito, seja considerada parcialmente procedente, para que seja dada ciência ao município relativamente às impropriedades verificadas;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 1ª Câmara, por unanimidade, em:

a) conhecer da presente representação, satisfeitos os requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 235 e 237 do Regimento Interno deste Tribunal c/c o art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente;

b) dar ciência ao Município de Alto Alegre dos Parecis – RO sobre as seguintes impropriedades observadas nos editais das tomadas de preços 3/2012, 4/2012 e 5/2012, de forma a prevenir que se repitam em futuros certames licitatórios:

b.1.) exigência simultânea de capital social mínimo e de garantia em montante correspondente a percentual do valor do contrato a ser celebrado, em dissonância com o art. 31, § 2º, da Lei 8.666/93;

b.2.) exigência de atestado de capacidade técnica fornecido apenas por pessoas jurídicas de direito público, em dissonância com o art. 30, § 1º, da referida Lei;

b.3.) exigência de certificados de regularidade de obras emitidos pela prefeitura de Alto Alegre dos Parecis – RO e por órgãos do

governo do Estado de Rondônia, em contrariedade à jurisprudência desta Corte;

b.4.) exigência de vistoria técnica ao local da obra limitada a único dia e horário, em contrariedade à jurisprudência deste Tribunal;

c) arquivar o presente processo, sem prejuízo de o Tribunal vir a analisar a matéria novamente em processo distinto, caso presentes motivos que justifiquem a medida.

De igual modo, existem outros diversos acórdãos do TCU que vedam tal limitação, outro exemplo é o ACÓRDÃO 657/2016 – PLENÁRIO que considerou irregular a limitação da aceitação de atestados de capacidade técnica aos fornecidos por pessoa jurídica de direito público e necessidade de comprovação da execução de objeto idêntico ao licitado (subitem 6.1, 'a', p. 25)

Exigir que o atestado seja emitido apenas por pessoas jurídicas de Direito Público fere o princípio da competitividade e torna-se um instrumento de restrição à liberdade de participação em licitação.

Nesse sentido, chama-se atenção para algumas jurisprudências deste próprio TCU:

TCU – Acórdão 2079/2005 – 1ª Câmara – “9.3.1. abstenha-se de incluir nos instrumentos convocatórios condições não justificadas que restrinjam o caráter competitivo das licitações, em atendimento ao disposto no art. 3º da Lei nº 8.666/93;”.

TCU – Decisão 369/1999 – Plenário – “8.2.6 abstenha-se de impor, em futuros editais de licitações, restrições ao caráter competitivo do certame e que limitem a participação de empresas capazes de fornecer o objeto buscado pela Administração Pública, consoante reza o art. 3º, § 1º, inciso I, da Lei nº 8.666/93;”

TCU- Acórdão 1580/2005 – 1ª Câmara – “Observe o § 1º, inciso I, do art. 3º da Lei 8.666/1993, de forma a adequadamente justificar a inclusão de cláusulas editalícias que possam restringir o universo de licitantes.”

Por todo o exposto, tem-se que é indevida a exigência de comprovação de alta complexidade como critério de qualificação técnico-operacional.

III.2 – DA DISTINÇÃO ENTRE OS ATESTADOS TÉCNICOS EMITIDOS POR CONSELHOS FISCAIS.

Cita-se desde já acórdão do Tribunal de Contas da União que versa sobre o tópico abordado no presente pedido de reconsideração:

Acórdão 245/2021-Plenário | Relator: AUGUSTO SHERMAN
ÁREA: Licitação | TEMA: Conselho de fiscalização
profissional | SUBTEMA: Serviços advocatícios
Outros indexadores: Habilitação de licitante, Atestado de
capacidade técnica “Na contratação de serviços
advocatícios por conselho de fiscalização profissional, é
excessiva a exigência de apresentação de atestado de
capacidade técnica emitido por pessoa jurídica de conselho
de classe, pois não se vislumbra, como regra, a
necessidade de expertise na prestação de serviços jurídicos
a tais entidades”.

O mencionado acórdão esclarece que não se pode exigir atestado de capacidade técnica para advogados a serem contratados por conselho de fiscalização profissional.

O intuito da não limitação é abranger a competição do certame e estar em conformidade com **o princípio da competitividade, esse que tem por objetivo alcançar a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, que é uma das finalidades da licitação.**

Para que a Administração alcance o melhor contrato, é necessário que agentes públicos promovam uma ampliação razoável do acesso ao processo licitatório, o que não aconteceu no presente caso, visto que esse Conselho imputou aos licitantes uma série de empecilhos e restrições, solicitando exigências demasiadas que não se adequam com aos princípios licitatórios e ao entendimento do Tribunal de Contas.

Os novos acórdãos do TCU relacionados aos atestados de capacidade técnica têm características em comum: a busca pela veracidade e obter melhor vantagem ao poder público.

Independentemente da situação, preza-se pela mais eficiente e confiável forma de negociação entre os licitantes e os órgãos públicos.

Abranger a concorrência, evitar fraudes e melhorar a qualidade dos serviços prestados e dos bens adquiridos é sempre o objetivo final.

Desta forma, o acórdão reforça a preservação dos princípios do direito administrativo (LIMPE) em licitações realizadas e os contratos celebrados por empresas públicas e sociedades de economia mista – sempre buscando a seleção da proposta mais vantajosa.

III.3 – DO RIGOR EXACERBADO DA ANÁLISE DOS ATESTADOS E CAPACIDADE TÉCNICA E DA POSSIBILIDADE DE PROMOÇÃO DE DILIGÊNCIAS.

É possível observar na decisão de julgamento de recursos que vários dos atestados apresentados não foram considerados pelo Conselho de Serviço Social, uns em decorrência de não terem sido emitidos por pessoas jurídicas de direito público, outros por não terem em seu texto a indicação da atuação da sociedade de advocacia em representação extrajudicial.

Quanto ao fato dos atestados da Caixa Econômica Federal e da Itaipu Binacional não terem sido considerados aptos, tais questões já foram debatidas no tópico de número III.1. A conduta do Conselho Fiscal contraria o entendimento do TCU, bem como os dispositivos e princípios licitatório.

Ora, o TCU é o órgão de controle externo do governo federal e auxilia o Congresso Nacional na missão de acompanhar a execução orçamentária e financeira do país e contribuir com o aperfeiçoamento da Administração Pública em benefício da sociedade. Para isso, tem como meta ser referência na

promoção de uma Administração Pública efetiva, ética, ágil e responsável.
Assim questiona-se: Por qual motivo o Conselho de Classe menospreza o entendimento de tal órgão? Por qual motivo o Conselho somente aceita atestados de pessoas jurídicas de direito público, ignorando os atestados emitidos por uma empresa pública federal?

Já quanto aos atestados emitidos pelas Câmaras Municipais e até mesmo pelo Conselho Regional de Administração – CRA/RO, órgão que se coaduna ao licitador, tem-se uma postura de extrema rigidez.

É obvio que assim como presta serviço judicial aos Conselhos e Câmaras, o escritório presta também serviço extrajudicial, de forma diária. Tanto os Conselhos, quanto as câmaras, precisam de forma habitual de pareceres e serviços extrajudiciais para seu funcionamento.

O escritório de advocacia prestador de serviços jurídicos ao solicitar atestados de capacidade técnica não pode coagir os órgãos solicitando que coloquem no texto do atestado o que lhe beneficiará. Os órgãos emissores dos atestados elaboram os documentos da forma que convir.

É possível observar que todos os atestados foram emitidos antes da licitação, não podendo o licitante enquanto prestador de serviço jurídico ficar importunando os órgãos para emitir novos atestados apenas para satisfazer o que está sendo requerido em edital licitatório.

Reitera-se que o órgão licitador agiu com extrema rigidez, desconsiderando inclusive disposições legais, como por exemplo o texto do §3º do artigo 43 da Lei 8.666/93, cita-se:

Art. 43. A licitação será processada e julgada com observância dos seguintes procedimentos:

§ 3º É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

O texto legal acima indicado prevê a possibilidade de, **em qualquer fase da licitação, o órgão licitador promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo.**

O licitante, cumpriu com seu dever e apresentou ao licitador todos os atestados capazes de pontuar no certame, o licitador, contudo não os aceitou em decorrência destes não estarem conforme desejado, **mas uma simples diligência deste órgão licitador CRESS SC junto a esse escritório de advocacia ou ainda junto aos órgãos responsáveis pela emissão dos atestados de capacidade técnica não aceitos, seria suficiente para demonstrar que o escritório licitante prestou e presta de forma satisfatória serviços de consultoria ou assessoria jurídica em processos judiciais e administrativos, representação judicial ou extrajudicial, emissão de pareceres jurídicos, e consultoria jurídica no âmbito de licitações.**

Novamente alega-se: Os atestados foram todos emitidos antes sequer do edital de licitação ser publicado. Não pode o licitante solicitar reiteradas vezes atestados do mesmo órgão emissor apenas para satisfazer o objeto de uma licitação, ainda mais tendo outros meios possíveis para comprovar o requerido, no caso específico: a promoção de diligências.

Caso a diligência prevista em lei tivesse sido realizada, saberia esse Órgão licitador que os serviços jurídicos realizados por esse licitante aos órgãos emissores dos atestados não aceitos são totalmente compatíveis com o objeto da licitação.

Ora, Senhora Ilustríssima Presidente da comissão permanente de licitação, observe que quem elabora, assina e concede atestado de capacidade técnica é sempre o órgão/empresa contratante, sendo esse o responsável por atestar que determinado contratado prestou e executou os serviços objeto de contratação de modo satisfatório, ou não.

No presente caso, os atestados de capacidade técnica não considerados, foram elaborados pelos Conselhos Fiscais e pela Câmara, **não devendo esse**

licitante ser punido em decorrência de um documento que sequer fora elaborado por ele.

Motivo pelo qual reitera-se a possibilidade da realização de diligências, essa que representa importante instrumento concedido à comissão responsável pela licitação (ou pregoeiro) para o esclarecimento de dúvidas relacionadas às propostas ou aos documentos apresentado em licitação.

Por trás dessa prerrogativa encontram-se a finalidade da busca da proposta mais vantajosa pela Administração, bem como a aplicação do formalismo moderado nos certames licitatórios ponderado com o princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

A promoção de diligência é inclusive incentivada pela jurisprudência do Tribunal de Contas da União, como ocorrido no Acórdão 2159/2016 do Plenário que indicou caber ao pregoeiro o encaminhamento de “diligência às licitantes a fim de suprir lacuna quanto às informações constantes das propostas, medida simples que privilegia a obtenção da proposta mais vantajosa e evita a desclassificação indevida de propostas”.

Por fim, levando em consideração que esse órgão licitador não procedeu com a promoção de diligência, anexa-se ao presente pedido de reconsideração pareceres capazes de comprovar que os serviços prestados por esse escritório aos órgãos emissores dos atestados compreendem o mesmo objeto desta licitação.

Nesse sentido, frisa-se que não há o que se falar em documento novo, visto que tais documentos somente estão sendo apresentados em decorrência do não aceite do atestado de capacidade técnica, ademais, caso esse Conselho tivesse promovido com a diligência necessária, já teria acesso aos documentos ora apresentados. Desse modo, ao apresentar tais documentos tem-se que esse licitante está tão somente acelerando e facilitando os tramites administrativos, visto que esse licitador deverá promover com as diligências requeridas no presente recurso e previstas tanto no instrumento

convocatório, quanto na Lei Federal que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública, **ademais, imprescindível destacar que em maio deste ano, o Tribunal de Contas da União (TCU) alterou sua jurisprudência sobre a possibilidade de o licitante, após a entrega da proposta original, apresentar documentos novos para fins de habilitação.**

Na linha de reduzir o formalismo e prestigiar o resultado pretendido com os certames públicos, o artigo 58 da Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais) pareceu flexibilizar essa vedação ao enfatizar que a habilitação seja apreciada a partir da apresentação de documentos que comprovem a aptidão do licitante à aquisição de direitos e à contração de obrigações, bem como a partir da verificação da qualificação técnica do licitante dentro dos parâmetros fixados pelo edital.

Agora, por meio do Acórdão nº 1211/2021, o Plenário do TCU estabeleceu a possibilidade de o licitante submeter novos documentos para suprir erro, falha ou insuficiência, a fim de viabilizar a seleção da proposta mais vantajosa, promovendo a competitividade e o formalismo moderado.

O voto do relator, ministro Walton Alencar Rodrigues, destacou que "(...) *admitir a juntada de documentos que apenas venham a atestar condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame não fere os princípios da isonomia e igualdade entre as licitantes e o oposto, ou seja, a desclassificação do licitante, sem que lhe seja conferida oportunidade para sanear os seus documentos de habilitação, resulta em objetivo dissociado do interesse público, com a prevalência do processo (meio) sobre o resultado almejado (fim)*".

IV - DO PEDIDO

Diante do exposto, REQUER à essa respeitável Comissão de Licitação que se digne a julgar e deferir o pedido de reconsideração, para assim sanar o erro anteriormente cometido no ato do julgamento da habilitação, para:

- 1) Considerar os atestados apresentados no rol dos documentos, atribuindo ao licitante a pontuação correta que de fato lhe é devida.

Nesses Termos, pede e espera deferimento.

Florianópolis/SC, 21 de outubro de 2021

Maria Luiza Piccoli
OAB/RO 8916

LEONARDO FALCAO
RIBEIRO:009414565
28

Assinado de forma digital
por LEONARDO FALCAO
RIBEIRO:00941456528
Dados: 2021.10.22
11:45:58 -04'00'

LEONARDO FALCÃO RIBEIRO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA
CNPJ nº 27.074.636.0001-34.



EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE
ADMINISTRAÇÃO DE RONDÔNIA – CRA / RO

Resposta ao Memorando nº 049/2018/GP/CRA-RO

I – DA CONSULTA SUBMETIDA

O Conselho Regional de Administração encaminhou questionamento a este Escritório de Advocacia, por meio de Memo nº 049/2018/GP/CRA-RO, a fim de obter consultã jurídica acerca da possibilidade de atribuir gratificação de nível intermediário ao servidor Adalberto Augusto Mauad da Silva, servidor ocupante de cargo em comissão de assessor de gabinete.

Convém destacar que compete a esse escritório de advocacia prestar consultoria sob o prisma estritamente jurídico, não lhe cabendo adentrar em aspectos relativos à conveniência e à oportunidade da prática dos atos administrativos, que estão reservados à esfera discricionária do administrador legalmente competente, tampouco examinar questões de natureza eminentemente técnica, administrativa e/ou financeira.

Efetuada tais considerações, passamos a opinar.

No caso em comento, não se vê legalidade para atribuir função gratificada à ocupante de cargo em comissão. Caso seja concedida função gratificada ao respectivo servidor que possui cargo comissionado, ocorreria o instituto do *BIS IN IDEM*, esse que é um fenômeno do direito que consiste na repetição (bis) de uma sanção sobre mesmo fato (in idem).

A gratificação de nível intermediário só seria possível caso o Servidor em questão fosse efetivo.

A própria Constituição Federal no inciso V do artigo 37 rege que a função gratificada será exercida exclusivamente por servidores de cargos efetivos.

Adalberto Mauad - Recebido em 28/07/18



Portanto, tem-se no presente caso que não se pode haver cumulação de gratificação de função somado a ocupação de cargo comissionado, vez que não são institutos cumulativos e sim alternativos.

IV - CONCLUSÃO

Diante das circunstâncias narradas, este Escritório de Advocacia verifica que no presente caso, o Conselho Regional de Administração não deve atribuir função gratificada aos servidores ocupantes de cargo em comissão.

Sem mais, permanecemos à disposição para maiores esclarecimentos.

Porto Velho, 28 de março de 2018

Maria Luiza Piccoli

Maria Luiza da Silva Piccoli

Advogada - OAB/RO - 8916

IFR

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE
ADMINISTRAÇÃO DE RONDÔNIA – CRA / RO**

Resposta ao Memorando nº 074/2018/GP/CRA-RO

O Conselho Regional de Administração encaminhou questionamento a este Escritório de Advocacia, por meio de Memo nº 074/2018/GP/CRA-RO, a fim de obter consulta jurídica acerca do andamento do mandado de segurança coletivo impetrado pelos Sindicato das Gráficas contra o CRA-RO.

Pois bem,

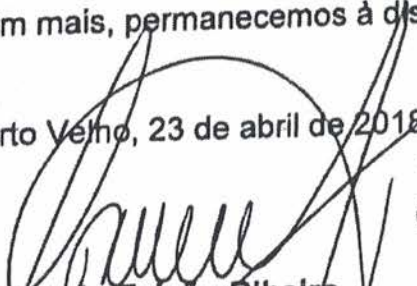
No caso em comento, informamos que ao pesquisar ações ajuizadas pelo Sindicato das Indústrias Gráficas do Estado de Rondônia, inscrita no CNPJ n. 01.395.285/0001-70, bem como ações ajuizadas pela Federação das Indústrias do Estado de Rondônia – FIERO, inscrita no CNPJ n. 14.661.557/0001-88, em face do CRA/RO, nada foi encontrado.

A pesquisa foi realizada tanto em âmbito federal, no site da justiça federal, quanto em âmbito estadual, no site do tribunal de Justiça de Rondônia.

Assim, em conformidade com o contato telefônico realizado, estamos respondendo o parecer submetido afim de ratificar que o suposto mandado de segurança não foi impetrado, visto que o resultado das pesquisas foram negativa.

Sem mais, permanecemos à disposição para maiores esclarecimentos.

Porto Velho, 23 de abril de 2018


Leonardo Falcão Ribeiro
Advogada OAB/RO - 8916

Adalberto M.
Recebido em: 23/04/18

Processo nº 645/2017

Prezada Agente Fiscal do CRA,

A par de cumprimentá-la cordialmente, venho pelo presente, em resposta ao memorando nº 001/2018/CRA-RO apresentar as orientações jurídicas à consulta, conforme se segue:

I – SÍNTESE DA CONSULTA

Trata-se de pedido de cancelamento de registro profissional solicitado pelo Administrador Gilvan A. dos Santos, primeiramente em 11 de maio de 2016 e novamente em 30 de junho de 2017, todos indeferido pela Assembleia Ordinária do Conselho Regional de Administração – CRA/RO, conforme Ofício nº 075/2016-CRA-RO e Ofício nº 0115/2017-CRA-RO.

II – DOS FUNDAMENTOS

Inicialmente cabe destacar que a regulamentação da profissão de Administrador de Empresa está definida basicamente nas seguintes normas:

a) Na Lei nº 4.769, de 9 de setembro de 1965, que dispõe sobre o exercício da profissão de Técnico de Administração, e dá outras providências.

b) No Decreto nº 61.934, de 22 de dezembro de 1967, que dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de Administrador, de acordo com a Lei nº 4.769.

c) RESOLUÇÃO NORMATIVA CFA Nº 462, DE 22 DE ABRIL DE 2015 que aprova o Regulamento de Registro Profissional de Pessoas Físicas e de Registro de Pessoas Jurídicas e dá outras providências.

Isso posto, o exercício da profissão de Administrador de Empresa passa pelo registro do profissional, mediante o preenchimento de certo requisitos, notadamente a habilitação profissional, adquirida via formação superior ou universitária.

De acordo com o disposto no art. 14 da Lei nº 4.769, de 9 de setembro de 1965, que dispõe sobre o exercício da profissão de Administrador, só poderão exercer a profissão de

Adalberto Mavac - Recebido em: 05/09/18

(69) 3223-9087 / 99293-8385

contato@advocaciafr.adv.

Endereço: Rua Dom Pedro II, 637, Centro Empresarial Porto Velho, 5º andar, Sala 512, Caiari, Porto Velho - Rondônia, CEP 76.801-9

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE
ADMINISTRAÇÃO DE RONDÔNIA – CRA / RO**

Resposta ao Memorando nº 044/2018/GP/CRA-RO

I – DA CONSULTA SUBMETIDA

O Conselho Regional de Administração encaminhou questionamento a este Escritório de Advocacia, por meio de Memo nº 044/2018/GP/CRA-RO, a fim de obter consultoria jurídica acerca da transferência do IPTU de um terreno que em leilão de venda foi arrematado pelo Sindicato dos Agentes Penitenciários do Estado de Rondônia – SINGEPERON.

Convém destacar que compete a esse escritório de advocacia prestar consultoria sob o prisma estritamente jurídico, não lhe cabendo adentrar em aspectos relativos à conveniência e à oportunidade da prática dos atos administrativos, que estão reservados à esfera discricionária do administrador legalmente competente, tampouco examinar questões de natureza eminentemente técnica, administrativa e/ou financeira.

Efetuada tais considerações, passamos a opinar.

No caso em comento, o que deve ser feito é o próprio SINGEPERON ir no cartório de imóveis e fazer a transferência do bem. Com a própria carta de arrematação, a transferência será realizada.

A carta de arrematação é como se fosse um contrato de compra e venda, sendo que apresentando a mesma em cartório a transferência do imóvel se realiza.

Tanto a dívida do IPTU, quanto as obrigações acerca da transferência e demais circunstância são desde a data da arrematação, incumbências do próprio SINGEPERON.

Adolfberto Manoel - Recebido em 28/03/18

IV - CONCLUSÃO

Diante da situação narrada, este Escritório de Advocacia verifica que no presente caso, o Conselho Regional de Administração deve entrar em contato com o órgão arrematante SINGEPERON para que o mesmo munido da carta de arrematação cumpra a diligência de transferência em cartório.

Não o fazendo; a outra alternativa é informar a prefeitura que a venda do terreno em questão foi realizada e o CRA não mais possui obrigações em relação ao terreno.

Sem mais, permanecemos à disposição para maiores esclarecimentos.

Porto Velho, 28 de março de 2018

Maria Lulza Piccoli
Maria Lulza da Silva Piccoli
Advogada - OAB/RO - 8916

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DE RONDÔNIA – CRA / RO

Parecer nº: 149/2018

Procedência: Conselho Regional de Administração de Rondônia

Assunto: Resolução Normativa CRA-RO nº 030 de 24/08/2018

Resposta à Solicitação de Parecer Jurídico.

I – DA CONSULTA SUBMETIDA

O Conselho Regional de Administração encaminhou para análise e correção a Resolução Normativa CRA-RO nº 030 de 24 de agosto de 2018 que altera a Resolução Normativa CRA-RO de 20 de fevereiro de 2017 a este Escritório de Advocacia, a fim de obter consulta jurídica acerca da possibilidade da nova Resolução Normativa ser aprovada.

O referido pedido diz respeito acerca da possibilidade de aprovação da Resolução Normativa CRA-RO nº 030 de 24/08/2018.

Convém destacar que compete a esse escritório de advocacia prestar consultoria sob o prisma estritamente jurídico, não lhe cabendo adentrar em aspectos relativos à conveniência e à oportunidade da prática dos atos administrativos, que estão reservados à esfera discricionária do administrador legalmente competente, tampouco examinar questões de natureza eminentemente técnica, administrativa e/ou financeira.

No mais, verifica-se imprescindível mencionar que os valores dos percentuais estipulados não é mérito dessa assessoria jurídica, o apontamento dos valores está fora de sua competência, devendo ser o mesmo definido de acordo com o parâmetro médio de mercado, para que não haja superfaturamento.

Efetuada tais considerações, passamos a opinar.

Adalberto
19/09/18

II – DO PARECER

Ao analisar o teor da Resolução Normativa CRA-RO nº 030 de 24 de agosto de 2018, que altera a Resolução Normativa CRA-RO 029 de 20 de fevereiro de 2017, verificou-se a necessidade de apenas uma ressalva ser incluída, sendo a seguinte:

Deve ser acrescentado no artigo 5º que será previamente aprovado pelo CRA a necessidade do deslocamento, antes da realização da despesa. O aconselhamento da necessidade de aprovação prévia dá-se em virtude dos valores serem significativos, assim, com a aprovação prévia, os valores não ficarão indiscriminados.

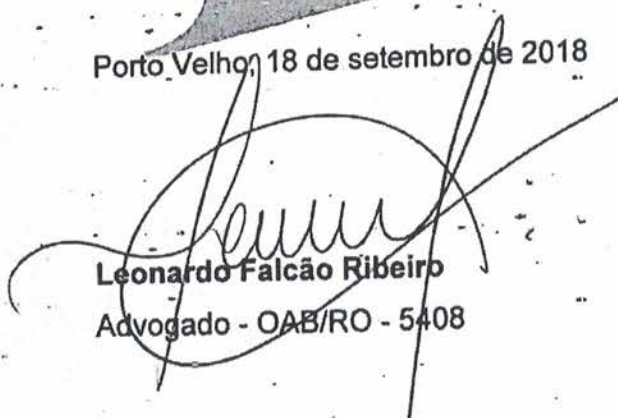
É esse o único apontamento/ressalva que essa Assessoria jurídica observa ser relevante, visto que no mais encontra-se a Resolução Normativa CRA-RO de número 030 totalmente lícita, correta e apta para ser aprovada e publicada.

IV - CONCLUSÃO

Diante da situação narrada, este Escritório de Advocacia verifica que no presente caso, após efetuada a ressalva aqui sugerida, a Resolução Normativa n.º 030 está apta para ser devidamente aprovada.

Sem mais, permanecemos à disposição para maiores esclarecimentos.

Porto Velho, 18 de setembro de 2018


Leonardo Falcão Ribeiro
Advogado - OAB/RO - 5408

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ FEDERAL DA
VARA DA SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE VILHENA / RONDÔNIA.**

CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DE RONDÔNIA – CRA/RO, Autarquia Federal de Fiscalização da Profissão de Administrador, criada pela Lei nº 4.769/65, com sede na Rua Tenreiro Aranha, nº 2978, bairro Olaria, CEP 78.902-050, nesta cidade, jurisdição de Porto Velho / RO, através do escritório de advocacia Leonardo Falcão Ribeiro Sociedade Individual de Advocacia, com registro na OAB/RO sob o nº 028/2016, endereço para fins de intimação e notificações à Rua Dom Pedro II, Edif. Centro Empresarial Porto Velho, 5º andar, Sala 512, bairro Caiari – Porto Velho/RO, CEP 76.801-910 endereço de e-mail: leonardo@advocaciaifr.adv.br, vem, respeitosamente, perante Vossa Excelência propor a presente

EXECUÇÃO FISCAL

em face de **ALISON LEONARDO DE OLIVEIRA**, administrador com registro cadastral nº 2892, inscrito no CPF nº 695.547.901-63, residente e domiciliado à Rua Prtesidente Vargas, nº 62, bairro Jardim Alvorada, em Pimenta Bueno /RO, pelos fundamentos fáticos e jurídicos a seguir expostos:

I – DOS FATOS

O Exequente é credor da Executada no valor de R\$1.837,40 (um mil, oitocentos e trinta e sete reais e quarenta centavos). Tal montante deriva da obrigação legal referente ao pagamento de anuidades devidas à este Conselho Profissional - CRA-RO.

Verifica-se imprescindível mencionar que a via administrativa foi esgotada. Este Conselho não obteve sucesso em suas cobranças administrativas que correspondem aos processos nº 264/14; 239/15; 10826/16; 310/17, sendo que por esse motivo recorre à via judiciária.

II – PRELIMINARMENTE**I.1 – Ausência da Prescrição**

O Código Tributário Nacional em seu artigo 174 traz a seguinte fundamentação para o tema prescrição:

Art. 174. A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva.

Isto posto e observando a demanda ora ajuizada, pode-se concluir que não há o que se falar em prescrição, vez que as anuidades deste Conselho profissional vencem no dia 30 de março de cada ano e a presente demanda fiscal requer a execução das Certidões de Dívida Ativa – CDA'S do ano de 2013, 2014, 2015 e 2016.

I.2 – Cumprimento da Exigência da Lei nº 12.514/2011

O legislador ordinário, no artigo 8º da Lei nº 12.514/2011, determinou que as dívidas referentes a anuidades dos conselhos profissionais, cujos valores sejam inferiores a quatro anuidades, não devem ser executadas. É por esse motivo e cumprindo a determinação encontrada em lei, que este conselho ajuiza a presente execução da cobrança de quatro CDA'S.

I.3 – Da Opção pela Não Realização de Audiência de Conciliação

Impende frisar que o art. 319, VII do NCPC estabelece a necessidade de manifestação por parte do autor da opção de realização ou não de audiência de conciliação.

O caso em epígrafe versa sobre execução fiscal de créditos oriundo de anuidades do conselho de fiscalização e por deter natureza jurídica de tributo, não cabe transação sobre matéria de interesse público.

Diante disso pleiteia-se a dispensa da audiência prévia de conciliação e o prosseguimento regular do processo.

III – FUNDAMENTO JURÍDICO

A execução fiscal ora proposta encontra fundamentação legal ante aos artigos 12 e 14 da Lei nº 4.769/65, bem como do artigo 47 do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 61.934/67 e também a Lei Federal nº 6.830, de 1980.

Acrescenta-se ainda que o artigo 2º da Lei 11.000/2004, confere o mesmo poder aos Conselhos de fiscalização de profissões regulamentadas

Do mesmo modo, tem-se que o débito mencionado na narrativa dos fatos, encontra-se comprovado pela Certidão de Dívida Ativa ora juntada em anexo, sendo parte integrante do presente petítório.

Assim, fica nítido que as CDA'S que lastreiam essa execução, tem por fundamento legal as anuidades cobradas pelo conselho exequente, sob forma de dívida tributária, por se tratar de contribuição social de interesse de categorias profissionais, consoante determinação do art. 149 da Constituição Federal.

IV – PEDIDOS

Considerando a obrigação legal do Conselho Regional de Administração para propor a presente ação, em face de sua condição de fiscalizador do crédito tributário consubstanciado na anuidade devida pela executada, **requer-se:**

- Citação da Executada no endereço supramencionado, para que pague o débito acrescido de juros e multa e demais encargos indicados na CDA, no prazo de cinco dias, sob pena de PENHORA de bens suficientes para a garantia do crédito exequente;
- Da não realização da audiência prévia de conciliação por tratar de matéria de interesse público, do qual não cabe transação;
- Expedição de BACENJUD (pesquisa e bloqueio de ativos financeiros);
- Expedição de RENAJUD (pesquisa e bloqueio de veículos automotores);
- ARRESTO de bens do executado para o caso deste se ocultar ou não ter domicílio determinado.
- Condenação em pagamento de custas processuais, honorários advocatícios, estes na base de 20% (vinte por cento) sobre o valor de condenação, e ônus de sucumbência e demais cominações legais.

Pugna-se provar o alegado por todos os meios de direitos admitidos no direito.

Dá-se a presente execução o valor da causa de de de R\$1.837,40 (um mil, oitocentos e trinta e sete reais e quarenta centavos)

Nesses termos,

Pede e espera deferimento.

Porto Velho, 10 de março de 2018

Leonardo Falcão Ribeiro
Advogado – OAB/RO 5498

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA CÍVEL DA
COMARCA DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ DO ESTADO DE RONDÔNIA**

URGENTE!!!!

Processo nº. 7002075-08.2018.8.22.0022

Agravante: PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS, Sr. CLÁUDIO ROBERTO DE OLIVEIRA e PRESIDENTE DA COMISSÃO PROCESSANTE, Sr. DEROZ GOMES DA SILVA

Agravado: Prefeita do Município de Seringueiras/RO Sra. LEONILDE ALFLEN GARDA.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS, CLÁUDIO ROBERTO DE OLIVEIRA, brasileiro, vereador, regularmente inscrito no CPF nº 761.808.867-34, e **DEROZ GOMES DA SILVA**, brasileiro, vereador, regularmente inscrito no CPF nº 761.808.867-34, através de seu advogado, Dr. Leonardo Falcão Ribeiro, inscrito na OAB-RO sob o n. 5.408, endereço para fins de intimação e notificações à Rua Dom Pedro II, nº 637, Edf. Centro Empresarial Porto Velho, 5º andar, Sala 512, bairro Caiari – Porto Velho/RO, CEP 76.801-910, endereço de e-mail: leonardo@advocacialfr.adv.br, vem, respeitosamente à presença de Vossa Excelência, inconformada com o teor da r. decisão judicial de primeiro piso exarada, interpor o presente

AGRAVO DE INSTRUMENTO COM TUTELA DE URGÊNCIA INAUDITA ALTERA PARS

com fundamento no artigo 1.015, I do Código de Processo Civil de 2015, pelas razões em anexo.

Encontram-se presentes todos os pressupostos recursais.

Nestes Termos,

Pede e Aguarda Deferimento.

Porto Velho/RO, 27 de setembro de 2018.

Leonardo Falcão Ribeiro

OAB/RO 5408

EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE RONDÔNIA

Agravante: PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS, Sr. CLÁUDIO ROBERTO DE OLIVEIRA e PRESIDENTE DA COMISSÃO PROCESSANTE, Sr. DEROZ GOMES DA SILVA

Agravado: Prefeita do Município de Seringueiras/RO, Sra. LEONILDE ALFLEN GARDA.

Egrégio Tribunal de Justiça de Rondônia,

Colenda Turma,

Nobres Julgadores,

RAZÕES DE RECURSO DO AGRAVO DE INSTRUMENTO

1. SÍNTESE DOS FATOS

A ora agravada interpôs Mandado de Segurança com pedido de liminar em face de suposto ato perpetrado pelo Sr. Cláudio Roberto de Oliveira – Presidente da Câmara Municipal de Seringueiras e o Sr. Deróz Gomes da Silva – Presidente da Comissão Processante, objetivando a obtenção de provimento judicial que determinasse a suspensão dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito e posteriormente da Comissão Processante instaurada para apurar supostas irregularidades na frota de veículos utilizados pela Secretaria de Saúde anulando ao final, todo procedimento.

Em 06.07.2018 o cidadão Valdecy de Jesus Carrilho apresenta requerimento à Câmara Municipal solicitando informações acerca de supostas irregularidades cometidas no âmbito da Prefeitura Municipal.

Os parlamentares levam o requerimento até a plenária da Casa Legislativa, onde o mesmo é considerado plausível e lá se decide que os fatos deveriam ser apurados, através de uma CPI instalada pelo Presidente da Casa.

Sorteados os membros que compunham a CPI iniciaram-se as investigações, momento em que a Prefeita fora instada a prestar informações à Câmara Municipal. Ao final, a CPI expediu Relatório de conclusão dos trabalhos onde manifestou-se pelo encaminhamento

dos autos aos órgãos de controle externo (Ministério Público) e formação de uma comissão processante.

Após o relatório final aprovado em uma nova plenária, fora sorteada uma nova comissão, agora processante, que não concluiu os trabalhos, pois a investigada interpôs Mandado de Segurança contra tais atos, momento em que não restou outra saída a não ser interpor o presente agravo para demonstrar a regularidade do feito.

2. DO CABIMENTO DO PRESENTE RECURSO

O presente agravo tem o intuito de modificar a decisão interlocutória emanada pela r. Juízo *a quo*, que concedeu liminar em mandado de segurança a fim de suspender e tornar nulo os trabalhos de investigação realizados pela Comissão Parlamentar de Inquérito instaurada na Câmara Municipal, tornando-se, posteriormente, em Comissão Processante que teve por fim investigar possíveis irregularidades existentes na frota de veículos da Secretaria Municipal de Saúde, sob o fundamento de que o requerimento realizado pelo munícipe Sr. VALDECY DE JESUS CARRILHO não possuía os requisitos exigidos pelo Regimento Interno da Câmara Municipal.

Nesse sentido, usa-se a inteligência do artigo 1.015, I do Código de Processo Civil de 2015, que prevê a hipótese de agravo de instrumento em decisões sobre tutela provisória. A disposição refere-se a todas as modalidades de tutela de evidência e de urgência. Entre as de urgência, aplica-se às cautelares e às antecipatórias; às antecedentes e às incidentais.

Considerando tratar-se de recurso contra decisão interlocutória, é cabível, portanto, o presente recurso.

3. DA TEMPESTIVIDADE DO PRESENTE RECURSO

Ao tratar sobre os prazos processuais na justiça civil, o art. 1.003, §5º do Código de Processo Civil dispõe que “excetuados os embargos de declaração, o prazo para interpor os recursos e para responder-lhes é de 15 (quinze) dias úteis”.

Consoante já arrazoadado, a parte autora foi notificada da decisão interlocutória ora agravada em 05 de setembro de 2018. Assim, considera-se tempestivo o presente agravo, já que o mesmo está sendo interposto no dia 27 de setembro de 2018.

4. DA DECISÃO RECORRIDA

Segue o teor da decisão interlocutória prolatada, *in verbis*:

Processo: 7002075-08.2018.8.22.0022

Classe: Mandado de Segurança

Autora: LEONILDE ALFLEN GARDA

Réu: PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS, PRESIDENTE DA COMISSÃO PROCESSANTE

Decisão

[...]

"Simples relato.DECIDO.

Art. 7oAo despachar a inicial, o juiz ordenará:

(...)

III - que se suspenda o ato que deu motivo ao pedido, quando houver fundamento relevante e do ato impugnado puder resultar a ineficácia da medida, caso seja finalmente deferida, sendo facultado exigir do impetrante caução, fiança ou depósito, com o objetivo de assegurar o ressarcimento à pessoa jurídica.

No caso em questão, a liminar deve ser deferida, eis que presentes os requisitos autorizadores para tanto: fundamento relevante e perigo de dano.

Aduz a impetrante que o eleitor Valdecy de Jesus Carrilho a denunciou, junto à Câmara de Vereadores, solicitando a abertura de Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI, para fins de investigação de fatos.

Diz que no aludido documento, a denúncia não atende ao disposto no Decreto-Lei nº 201/67, eis que não há exposição dos fatos e indicação de provas para que seja instaurada a CPI.

Pois bem.

O ordenamento jurídico brasileiro autoriza a investigação pelo Poder Legislativo, através de CPI's, desde que atendidos a determinados requisitos previstos no art. 58 da CF/88, a saber: (1) subscrição do requerimento de constituição da CPI por, no mínimo, 1/3 dos membros da Casa Legislativa, (2) indicação de fato determinado a ser objeto de investigação e (3) caráter temporário da comissão parlamentar de inquérito.

Em análise ao caso, verifico, a inexistência de um deles, mais especificamente, ausência de indicação de fato determinado – requisito substancial.

Em análise ao documento em questão, de fato, não existe "fato determinado" em relação à impetrante, pois na denúncia consta, apenas, "supostas práticas de irregularidades", descritas com os seguintes dizeres "investigação de improbidade em razão de descaso como patrimônio público em relação a frota da Secretaria de Saúde, suspeita de desvio de combustível".

Nos termos do Decreto-Lei nº 201/67, em seu art.5º, I dispõe que a denúncia escrita da infração poderá ser feita por qualquer eleitor, com a exposição dos fatos e a indicação das provas.

Conforme fundamentado alhures, o conteúdo da denúncia em questão deve ter parâmetros concretos que objetivem investigação clara e precisa, inclusive, deve ser deste modo, para fins de contraditório e ampla defesa do acusado.

Aliado a isso, a Carta Magna, em seu art. 58, §3º, dispõe "As comissões parlamentares de inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos nos regimentos das respectivas Casas, serão criadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, em conjunto ou separadamente, mediante

requerimento de um terço de seus membros, para a apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores”.

Na denúncia consta fatos vagos, genéricos, sem qualquer definição.

Dito isso, considerando a possível existência de vícios formais, capazes de anular os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito CPI, a liminar deve ser concedida.

Assim, DEFIRO O PEDIDO LIMINAR pleiteado pela impetrante e DETERMINO a imediata SUSPENSÃO dos trabalhos da Comissão Permanente de Inquérito -CPI, a qual possui como Presidente da Câmara Municipal de Seringueiras, Sr. Cláudio Roberto de Oliveira, e do Presidente da Comissão Processante, Sr. Deroz Gomes da Silva, visando apurar supostas irregularidades em desfavor da impetrante.

Notifiquem-se os impetrados, para prestarem as informações no prazo de 10 (dez) dias.

Nos termos do inciso II do art. 7º da Lei 12.016/09, cientifique-se o órgão de representação judicial do Município de Seringueiras para, querendo, ingressar no feito.

Após a apresentação das informações ou decorrido o prazo, encaminhem-se os autos ao Ministério Público, para manifestação, em 10 (dez) dias, vindo em seguida conclusos para sentença.

Ciência ao Ministério Público.)

5. DA VIABILIDADE DA TUTELA DE URGÊNCIA

O Novel Código de Processo Civil prevê em seu art. 300 a possibilidade de ser concedida tutela de urgência quando existirem a probabilidade do direito e o risco ao resultado útil do processo.

Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.
(...)

2º A tutela de urgência pode ser concedida liminarmente ou após justificação prévia.

Nessa esteira, dois são os requisitos para a tutela de urgência i) a probabilidade do direito; e ii) o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. Já o §2º do art. 300 permite-se a concessão da tutela de urgência "*inaudita altera pars*".

No caso epigrafado a tutela de urgência visa a nulidade da decisão de tutela provisória concedida pela Juíza *a quo*.

1. DA PROBABILIDADE DO DIREITO

O "*fumus boni iuris*" apresenta-se fartamente demonstrado pelo agravante nesta exordial.

Ao decorrer deste recurso, pode-se observar que na decisão proferida pela Juíza não merece prosperar tendo em vista que o ato do Presidente da Câmara de Seringueiras foi altamente regular, não podendo ser considerado ilegal pelo Poder Judiciário, pois desde a origem tem o condão de averiguar fatos imputados ao Poder Executivo Municipal.

Assim, a probabilidade do direito apresenta-se na peça em epígrafe como sendo as normas constitucionais que devem ser respeitadas, cumpridas e observadas pelos Magistrados ao proferir decisões.

De igual forma, tem-se que deve ser respeitado o Princípio da Separação de Poderes, que impede o controle judicial de atos administrativos quando não viciados desde sua origem, ou considerados ilegais.

Desta forma Excelência e por tudo que será exposto, demonstra-se cabalmente o *fumus boni iuris* - aparência do bom direito e pede-se que seja acatado os argumentos outrora para fins de concessão da tutela de urgência do presente mandado de segurança.

2. DO PERIGO DE DANO OU O RISCO AO RESULTADO ÚTIL DO PROCESSO

Já no que tange ao perigo da demora, esse também é facilmente demonstrado, visto que, revela-se patente o risco de a Administração municipal vir a sofrer dano de difícil reparação, considerando o fato de, até o final do processo, após cognição exauriente, se as irregularidades forem confirmadas o dano ao erário ser potencializado, causando prejuízos irreparáveis inclusive à população.

É cediço ainda que a justiça brasileira possui elevada carga de processos judiciais e que muitas vezes as decisões finais de mérito sobre uma demanda poderá levar anos, sem que a parte tenha seu direito resguardado. Nessa esteira, a não concessão da tutela de urgência implicará em dano aos cofres públicos em grande escala.

Diante de todo o exposto é notório o cabimento do referido pleito. Sendo desse modo necessária a concessão da tutela de urgência ora pleiteada já que verificaram-se comprovados o "*fumus boni iuris*" em face das argumentações já expendidas e o "*periculum in mora*".

Isto posto, o agravante requer a Vossa Excelência, que defira o pedido LIMINARMENTE INAUDITA ALTERA PARTIS para declarar a nulidade da decisão que deferiu a tutela provisória no processo 7002075-08.2018.8.22.0022.

5. DAS RAZÕES PARA REFORMA DA DECISÃO

Do Regular Recebimento do Requerimento

Douto Desembargador, requer-se a reforma da decisão de primeiro piso pelo fato de que inexistente fato que impossibilitaria o recebimento do requerimento realizado pelo cidadão.

Primeiramente, vale mencionar que o Decreto-Lei nº 201/67 exige que:

Art. 5º O processo de cassação do mandato do Prefeito pela Câmara, por infrações definidas no artigo anterior, obedecerá ao seguinte rito, se outro não for estabelecido pela legislação do Estado respectivo:

I - A denúncia escrita da infração poderá ser feita por qualquer eleitor, com a exposição dos fatos e a indicação das provas. Se o denunciante for Vereador, ficará impedido de votar sobre a denúncia e de integrar a Comissão processante, podendo, todavia, praticar todos os atos de acusação. Se o denunciante for o Presidente da Câmara, passará a Presidência ao substituto legal, para os atos do processo, e só votará se necessário para completar o quorum de julgamento. Será convocado o suplente do Vereador impedido de votar, o qual não poderá integrar a Comissão processante.

O requerimento formulado pelo eleitor VALDECY DE JESUS CARRILHO contempla:

"(...) Requer investigação de improbidade em razão do descaso com o patrimônio público em relação a frota da Secretaria de Saúde, suspeita de desvio de combustível conforme apresentado em algumas requisições, bem como pela omissão de informação a esta Câmara de Vereadores haja vista o não cumprimento dos prazos legais"

Pode-se perceber que o cidadão narra 02 (dois) fatos a serem apurados: descaso com patrimônio público e o desvio de combustível em local específico, que seria a frota de veículos da Secretaria de Saúde do Município.

Assim, peço *vênia* ao Douto Juízo para informar que a denúncia não se mostram como obscura, vaga e imprecisa, como aduzido na decisão.

A Constituição Federal no §3º do art. 58 assegura que as Comissões Parlamentares de Inquérito terão poderes de investigação próprios de autoridade judicial, sendo criadas para apuração de fato determinado.

Logo, o objetivo precípuo da CPI é investigar o fato para apurar se os acontecimento tem ou não materialidade, para ao final subsumir o fato a norma e somente após o fim da investigação, para que se possa processar efetivamente os envolvidos.

Tanto é que, se desde o início já se soubesse quais as condutas imputadas aos agentes políticos, não haveria necessidade de que se instaurasse procedimento investigativo na forma de Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI, cabendo o processamento direto dos envolvidos através de uma comissão processante

A CPI tem apenas o poder investigatório, ou seja, não pode punir ou entrar com uma ação criminal contra os acusados. No entanto, após as investigações levantadas pela Comissão, um relatório final e conclusivo foi apresentado ao Ministério Público para que este tome as devidas medidas judiciais cabíveis de punição contra os autores, se for o caso.

E por óbvio ainda, o cidadão comum, a quem é resguardado o direito de obter informações acerca da utilização de recursos públicos, não é de sua responsabilidade ou obrigação deter conhecimento sobre os fatos pormenorizados da Administração, sem que dela participe, sendo o requerimento formulado com dados que seriam comuns aos munícipes.

Somente quem detém poderes investigativos é que poderia desde o momento inicial imputar condutas com base nos atos administrativos realizados, pois instituições como Polícia Civil, Ministério Público ou ao final da conclusão da CPI, como foi o caso dos autos.

Não cabe o munícipe, que não é jurista ou detém conhecimento amplo acerca de ciências jurídicas imputar condutas precisas aos administrados, pois este é classificado como homem médio, comum na sociedade, que busca apenas esclarecimentos acerca da boa e correta aplicação de recursos públicos.

Ademais, cabe tecer comentários ainda sobre o princípio da separação de poderes, Alexandre de Moraes (2007, p. 69) assevera que:

A Constituição Federal, visando principalmente, evitar o arbítrio e o desrespeito aos direitos fundamentais do homem, previu a existência dos Poderes do Estado (CF, arts 44 a 126), bem como da instituição do Ministério Público (CF, arts. 127 a 130), independentes e harmônicos entre si, repartindo entre eles as funções estatais para que bem pudessem exercê-las, bem como criando mecanismos de controles recíprocos, sempre como garantia da perpetuidade do Estado Democrático de Direito.

Todavia, os órgãos estatais também desempenham, subsidiariamente, funções atípicas, que não são próprias ao seu mister constitucional. "Assim, o Legislativo também administra e julga (CF, arts. 51, IV e 52, XIII); o Executivo julga e legisla (CF, arts. 62 e 68, § 2º) e o Judiciário legisla e administra (CF, art. 96, I, a e f)". (BULOS, 2009, p. 4190).

É nesse contexto que o controle judicial dos atos administrativos deve ser compreendido, pois o ordenamento jurídico pátrio, com o objetivo de possibilitar a fiscalização das atividades desempenhadas pela Administração Pública, dispõe de instrumentos específicos de controle, que permitem ao Judiciário, quando provocado, apreciar os atos administrativos e, em casos de ilegalidade, invalidá-los.

O controle judicial do ato administrativo representa, ao lado do princípio da legalidade, um dos fundamentos do Estado Democrático de Direito, pois, segundo Maria Sylvia Zanella Di Pietro (2006, p. 711), não haveria razão para obrigar a Administração Pública a atuar conforme a lei e o direito, se a sua atuação não pudesse ser objeto de controle por um órgão imparcial, competente para apreciar e invalidar os atos administrativos ilícitos.

Assim, o Poder Judiciário exerce o controle acerca da legalidade dos atos administrativos, não podendo intervir nas matérias de mérito administrativo como é o caso da apuração de irregularidades por meio de Comissão Parlamentar de Inquérito.

Sendo assim, o agravante vem por meio desta informar que não há que se falar em recebimento de denúncia vaga ou imprecisa pela Câmara de Vereadores, já que ficou claro que o denunciante indicou elementos básicos para a posterior apuração pela CPI.

Da alegação de ausência de parecer jurídico do requerimento inicial formulado

A Prefeita alega ainda que inexistiu pedido de correção acerca do requerimento proferido pelo cidadão VALDECY sendo diretamente colocado em Plenária no dia posterior, com ausência de parecer jurídico.

Oportuno lembrar que parecer é instrumento jurídico opinativo, tratando-se de uma análise que limita-se, apenas, ao aspecto formal do pleito em questão, não tendo a pretensão de averiguar os aspectos discricionários da oportunidade e conveniência, nem significando qualquer ato de concordância com a realização da decisão de mérito administrativo.

O gestor não se vê obrigado a seguir o parecer jurídico em atos que envolvam sua mera liberalidade, bem como este se torna por vezes prescindível diante da decisão de mérito administrativo, como é o caso dos autos.

Assim, não se faria necessário parecer jurídico acerca de um requerimento formulado por um cidadão comum, quando o Gestor pode optar pelo início das investigações

internas.

Da Alegação de Incorreta Formação da CPI

Aos dias 06 de julho de 2018 fora aberta a 23ª Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Seringueiras onde abordou acerca do requerimento realizado pelo cidadão Sr. VALDECY DE JESUS CARRILHO solicitando providências e informações acerca de possíveis irregularidades acometidas na Prefeitura do Município.

Alega a ora agravada em sua petição inicial, que a formação da comissão parlamentar de inquérito fora ilegal pois o requerimento que a deu origem não fora realizado por Vereador, e ainda no posterior sorteio que formou a comissão houveram diversos declínios realizados que não encontravam amparo legal.

Primeiramente, vale informar acerca do direito de petição que possuem todos os brasileiros. Sobre o tema comenta o Desembargador Zacarias Neves Coêlho em sua decisão destacando a lição de Uadi Lammêgo Bulos:

“O direito de petição é expressão ampla que se apresenta por intermédio de queixas, reclamações, recursos não contenciosos, informações derivadas da liberdade de manifestação do pensamento, aspirações dirigidas a autoridades, rogos, pedidos, súplicas, representações diversas, pedidos de correção de abusos e erros, pretensões, sugestões. Quanto às representações, elas se fundem no próprio direito de petição.

No direito de petição não é necessário que o peticionário tenha sofrido gravame pessoal ou lesão em seu direito, uma vez que tal direito liga-se à participação política, nisto residindo o interesse geral no cumprimento da ordem jurídica. (“Constituição Federal Anotada”, Ed. Saraiva, pág. 168 e ss.).

Uma vez provocada, a Autoridade Administrativa tem o dever de explicitamente emitir decisão na solicitação que lhe foi encaminhada, quer para acatar quanto para negar o pedido. De qualquer forma, essa manifestação deve trazer a indicação dos fatos e fundamentos jurídicos que justifiquem a decisão, vez que o princípio da motivação exige que a Administração Pública indique os fundamentos de fato e de direito de suas decisões. Assim, a sua obrigatoriedade se justifica em qualquer tipo de ato, porque se trata de formalidade necessária para permitir o controle de legalidade dos atos administrativos.

E assim fora feito, após o recebimento do requerimento, em plenário, os vereadores optaram por receber o requerimento e dar prosseguimento às investigações, instaurando uma Comissão Parlamentar de Inquérito.

Para tanto, o requerimento foi recebido por unanimidade dos vereadores presentes, que na ocasião eram 09 (nove) presentes, passando-se a fase de sorteio.

O que se vê Excelência, é que o requerimento formulado pelo cidadão comum foi apenas recebido e votado em plenário, local onde se tomou a decisão acerca da instauração da CPI.

A Lei Federal n. 1.579/59 no parágrafo único de seu art. 1º exige que a criação de uma CPI se dê através do Requerimento de 1/3 da totalidade dos membros da casa

legislativa atuante.

Como pode se observar na ata da Sessão Plenária já mencionada, existiam 08 (oito) vereadores presentes, que corresponde a mais de um terço do total de Vereadores eleitos no Município.

Com a exposição do requerimento, houve a deliberação **POR UNANIMIDADE DOS PRESENTES**, (casa com total de 9 vereadores eleitos) acerca da necessidade de apuração dos fatos expostos pelo cidadão, decisão esta que levou ao sorteio para formação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito.

Logo, não há que se falar em descumprimento do *quórum* necessário para instauração da CPI, já que a decisão foi prolatada pela unanimidade dos Vereadores da Casa.

Quanto a fase do sorteio, onde a Prefeita questiona os declínios realizados por alguns dos sorteados, vale mencionar que o procedimento foi composto da seguinte ordem:

1º Sorteado – Deroz

2º Sorteado – Ricardo Stevanelli (declinou) em favor de Plesley Diogo

3º Sorteado – Elianir

4º Sorteado – Odair (dispensou)

5º Sorteado – Marco Antônio (dispensou)

6º Sorteado – Juarez

7º Sorteado – Claudio Oliveira

Assim, restou-se a seguinte composição:

Cláudio Roberto de Oliveira – Presidente;

Plesley Diogo da Silva – Relator;

Deroz Gomes da Silva

Os declínios se apontam como justificáveis tendo em vista que o sorteio fora realizado sete vezes, logo, se um dos vereadores dispensou a participação, somente restava um parlamentar para declinar a seu favor, já que na sessão se encontravam 08 (oito) parlamentares presentes, inexistindo a possibilidade de novo sorteio apenas para um membro, quando este era o total subsistente.

Nesse mesmo sentido se justifica a errata realizada no próximo dia útil, pois o Presidente da Comissão coincidiu com o Presidente da Câmara Legislativa, que fora quem instaurou a CPI em plenária.

Acerca do tema, o art. 51 §3º do Regimento Interno da Câmara Municipal assevera que:

Art. 51 – A Câmara poderá constituir Comissões Especiais de Inquéritos, na forma do artigo anterior, com o fim de apurar irregularidade administrativa do Executivo, da Mesa ou de Vereadores, no desempenho de suas funções, mediante requerimento de um terço de seus membros.

§ 3º - Se o denunciante for o Presidente da Câmara, passará a Presidência ao substituto legal, para os atos do processo, e só votará se necessário para completar o quorum de julgamento.

Assim, percebido o erro, o Legislativo publicou a errata alterando a comissão em questão, trocando o presidente pelo seu único substituto legal, sendo a Comissão final composta:

Deroz Gomes da Silva – Presidente;

Plesley Diogo da Silva – Relator;

Ricardo Alberto Stevanelli

Logo, todos os membros desimpedidos e aptos a participar da comissão em questão foram devidamente selecionados.

Do Princípio da Legalidade Aplicado à Administração Pública

O princípio da legalidade tem previsão no art. 5º, II, da Constituição Federal onde *“ninguém é obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude da lei”*.

No mesmo sentido, o art. 37, *caput*, da Carta Magna aduz que *a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência*.

Em suas lições, o jurista Hely Lopes Meireles ensina que *“a legalidade, como princípio de administração, significa que o administrador público está, em toda sua atividade funcional, sujeito aos mandamentos da lei, e às exigências do bem comum, e deles não se pode afastar ou desviar, sob pena de praticar ato inválido e expor-se à responsabilidade disciplinar, civil e criminal, conforme o caso”*.

Posto isso, pede-se *vênia* para discordar da alegação imposta na inicial pela impetrante do Mandado de Segurança, na qual aduz que a formação da comissão processante não cumpre os requisitos exigidos no Regimento Interno.

Na inicial é alegado que após o relatório final expedido pela Comissão Parlamentar de Inquérito, o mesmo foi concluído opinando pela constituição de uma Comissão Processante, com o encaminhamento do procedimento aos órgãos estaduais de Controle externo, objetivando a continuidade dos trabalhos para apuração dos ilícitos cometidos, já que restou provado suficientemente nos autos.

Após, na Sessão Parlamentar do dia 17.08.2018 o relatório final foi votado, sendo aprovado por 06 (seis) parlamentares, de 08 (oito) presentes. Passando-se ao sorteio dos membros a compor a Comissão Processante, sendo em ordem sorteados os vereadores: Plesley Diogo da Silva, Deroz Gomes da Silva e Elianir Neves de Souza, ficando decidido que o Presidente seria o vereador Deroz Gomes da Silva e o Relator Diogo da Silva.

Pois bem.

Informa a ora agravada que os mesmos parlamentares que haviam composto a Comissão Parlamentar de Inquérito foram sorteados para compor a Comissão Processante,

inclusive com a mesma identidade de cargos, assim alega que os mesmos seriam impedidos de participar efetivamente de tal composição.

Ocorre que Capítulo V do Regimento Interno da Câmara Municipal de Seringueiras trata do procedimento de formação de Comissões no âmbito parlamentar, onde os únicos impedimentos à seus votos constam no artigo 51.

Assim, imperioso é informar que em nenhum dos impedimentos previstos no regimento, se encontra o alegado pela Prefeita, já que o sorteio fora realizado regularmente como consta em ata do Plenário, ocorrendo apenas a coincidência.

O fato é que em nenhum dispositivo legal existe a previsibilidade de impedimento no caso de coincidência de cargos entre as comissões ou sequer de realização de novo sorteio, não existindo a possibilidade da Administração atuar contra a lei.

O Princípio da Legalidade é uma das maiores garantias para os gestores frente o Poder Público. Ele representa total subordinação do Poder Público à previsão legal, visto que, os agentes da Administração Pública devem atuar sempre conforme a lei. Assim, o administrador público não pode, mediante mero ato administrativo, conceder direitos, estabelecer obrigações ou impor proibições.

Sendo assim, não há que se falar em favoritismo, arbitrariedade ou quaisquer prejuízo já que inexistem provas que confirmem tal ato. Ademais, o procedimento utilizado seguiu o estabelecido no regimento interno.

Da Alegação de Participação de Servidores alheios à Comissão nos Trabalhos

Verifica-se imprescindível mencionar que não é forçoso perceber, que a ora Agravante, ao impetrar o Mandado de Segurança deixou evidenciado que o fato de um servidor auxiliar na elaboração de uma ata para instrução do procedimento, tornaria o feito irregular.

Ora Douto Desembargador, a implausibilidade da tese é notória tendo em vista que a servidora KATIELI BULK apenas auxiliou na juntada de documentos, não participando de quaisquer atos decisórios ou que comprometessem os trabalhos da CPI.

O mero fato de um servidor auxiliar administrativamente no decorrer do procedimento não tem o condão de tornar o feito ilegal, ademais porque em uma comissão composta por parlamentares, a instrução processual pelo corpo administrativo da casa é medida que se impõe tendo em vista todas as atribuições que carregam os parlamentares.

6 . DOS PEDIDOS

Diante de todo o exposto, vem este agravante a presença de Vossa Excelência requerer:

- seja recebido o presente agravo de instrumento com pedido de tutela de urgência *inaudita altera pars*, vez que cumpre com todos os requisitos legais;
- seja deferido o pedidode tutela de urgência *inaudita altera pars*, com o objetivo de cassar a decisão do juízo de primeiro piso e, possibilitar o prosseguimento dos trabalhos da comissão processante;
- seja intimada a Agravada para e se quiser apresentar contrarrazões ao presente recurso;
- seja intimado o Ministério Público para tomar conhecimento do presente agravo, como *custos legis*;
- no mérito, seja ratificada a liminar deferida e cassando definitivamente a decisão prolatada no primeiro piso.

Pugna-se provar o alegado por todos os meios lícitos disponíveis no direito.

Termos em que,

Pede e espera deferimento.

Porto Velho, 27 de setembro de 2018

Leonardo Falcão Ribeiro

OAB/RO n. 5408



Assinado eletronicamente por: **LEONARDO FALCAO RIBEIRO**
<http://pje.tjro.jus.br/sg/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>
ID do documento: **4593608**
Data de assinatura: **Quinta-feira, 27/09/2018 21:34:57**



18092721345392500000004567674



Câmara Municipal de Primavera de Rondônia
Estado de Rondônia
Assessoria Jurídica

PARECER JURÍDICO Nº 155/2018

Referência: Processo 052/2018 – Serviço de Terceiro – Pessoa Jurídica

Procedência: Executivo Municipal

Assunto: “Dispensa de licitação – Serviço de reabilitação profissional – Inscrições em curso”

1. RELATÓRIO

Trata-se de processo administrativo instaurado pela Câmara Municipal de Primavera de Rondônia - RO, almejando o aval para que por meio de dispensa de licitação possa ter a contratação de pessoa jurídica para ministrar curso de reabilitação profissional para os servidores da Câmara.

Por se tratar de serviço de um serviço técnico, o gestor optou por enquadrá-lo na modalidade de dispensa de licitação, com fulcro no art. 25, II da Lei Federal n. 8.666/93.

Os autos ingressaram nesta assessoria jurídica para elaboração emissão de parecer sobre a contratação, consoante mandamento legal da Lei Federal n. 8.666/93.

Eis a síntese.

2. FUNDAMENTAÇÃO

2.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Convém destacar que compete a este escritório de advocacia prestar consultoria sob o prisma estritamente jurídico, não lhe cabendo adentrar em aspectos relativos à conveniência e à oportunidade da prática dos atos administrativos, que estão reservados à esfera discricionária do



Câmara Municipal de Primavera de Rondônia
Estado de Rondônia
Assessoria Jurídica

administrador público legalmente competente, tampouco examinar questões de natureza eminentemente técnica, administrativa e/ou financeira.

Frise-se, também, que a presente manifestação toma por base, exclusivamente, os elementos que constam, até a presente data, nos autos do processo administrativo em epígrafe, não competindo adentrar nos aspectos discricionários dos atos praticados no âmbito da autarquia federal, nem analisar aspectos de natureza eminentemente técnico-administrativa.

2.2 DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL

O processo em epígrafe adentrou nessa assessoria jurídica devidamente numerado e vistado, constante 19 páginas.

Consta no processo:

- Memorando 050/2018 que versa sobre a abertura do procedimento, sem a devida assinatura do gestor público;
- Conteúdo programático do curso a ser ministrado;
- Termo de Referência;
- Comprovante de inscrição e situação cadastral do contratado;
- Certidão de Regularidade do FGTS do contratado;
- Certidão Positiva com efeito negativa da Receita Federal do Brasil do contratado;
- Certidão de regulariza cadastral do CRC-RO da empresa contratada;
- Certidão de regulariza cadastral do CRC-RO da sócio representante da empresa contratada;
- Fichas de inscrição;
- Parecer do controle interno;
- Demonstrativo de Execução Orçamentária;



Câmara Municipal de Primavera de Rondônia
Estado de Rondônia
Assessoria Jurídica

2.3 - DA EXISTÊNCIA DOS REQUISITOS PARA A CONFIGURAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO

Frise-se que a presente manifestação toma por base, exclusivamente, os elementos que constam, até a presente data, nos autos do processo administrativo em epígrafe. Destarte, compete a assessoria jurídica prestar consultoria sob o prisma estritamente jurídico, não lhe competindo adentrar nos aspectos discricionários dos atos praticados no âmbito da autarquia federal, nem analisar aspectos de natureza eminentemente técnico-administrativa.

Com base nisso, e nos elementos constantes nos autos, verifica-se que o valor total da despesa está abaixo do mínimo pelo qual se exige a realização de licitação.

Explica-se: o artigo 24, II, da Lei nº 8.666/93, estabelece que é dispensável a licitação *"para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II, do artigo 23 e para alienações, nos casos previstos nessa Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizado de uma só vez"*.

No caso concreto, o valor da aquisição é de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), valor abaixo dos R\$ 17.600,00 (dezesete mil e seiscentos reais), estabelecido como mínimo pelo art. 24, II da Lei de Licitações.

2.4 – DA HABILITAÇÃO DA EMPRESA

É evidente que os processos de dispensa e inexigibilidade de licitação não exigem o cumprimento de etapas formais imprescindíveis num processo de licitatório, entretanto devem obediência aos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, eficiência e probidade administrativa impostos à Administração Pública.



Câmara Municipal de Primavera de Rondônia

Estado de Rondônia

Assessoria Jurídica

Por outro lado, esses processos devem ser muito bem instruídos, e além dos documentos de habilitação e regularidade fiscal da empresa, devem ser comprovadas nos autos a caracterização da razão da escolha do fornecedor e a justificativa do preço, nos termos do parágrafo único do art. 26, do Regramento Licitatório.

Portanto, cabe a empresa selecionada juntar aos presentes autos aqueles documentos elencados nos incisos I a IV do art. 27 c.c. o art. 28 a 31 da Lei nº 8.666/93, naquilo que for pertinente. Trata-se de documentos que a Lei exige para a habilitação nos procedimentos licitatórios, mas que também valem quando se tratar de caso de dispensa ou inexigibilidade de licitação.

Nesse sentido é a lição do professor Renato Geraldo Mendes em sua obra "Lei de Licitações e Contratos", 4ª edição, anotada, ampliada, revista e atualizada, pág. 102, estabelecendo que:

"A habilitação não é uma fase exclusiva da licitação, conforme diz a norma. Também na contratação direta (dispensa e inexigência) é necessário proceder-se a habilitação dos interessados."

Nesse diapasão observou que foi juntado algumas certidões, estando pendente documentos fundamentais para o prosseguimento do feito, vejamos:

- Cédula de identidade do representante legal da empresa;
- Registro comercial, no caso de empresa individual;
- Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do



Câmara Municipal de Primavera de Rondônia

Estado de Rondônia

Assessoria Jurídica

licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

- Alvará de funcionamento da empresa contratada;
- Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual e/ou Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa;

Após averiguar a falta dos documentos epigrafados acima verificou-se também que a servidora que emitiu o parecer do controle interno é a mesma servidora que foi inscrita para fins de participação no referido curso, o que denota causa de impedimento, consoante estabelecido na Lei Federal n. 9.784/99 no seu art. 18, I e na Lei Estadual n. 3.830/16 em seu art. 37, III, vejamos, *in verbis*:

Art. 18. É impedido de atuar em processo administrativo o servidor ou autoridade que:

I - tenha interesse direto ou indireto na matéria;

Art. 37. É impedido de atuar em processo administrativo autoridade que:

[...]

III - tenha interesse direto ou indireto na matéria.

Demais disso, deve ser publicado o termo de dispensa de licitação, no prazo legal, como condição de eficácia do ato, conforme disposição do art. 26 da Lei Federal 8.666/93:

Art. 26. As dispensas previstas nos §§ 2º e 4º do art. 17 e no inciso III e seguintes do art. 24, as situações de inexigibilidade referidas no art. 25, necessariamente justificadas, e o retardamento previsto no final do parágrafo único do art. 8º desta Lei deverão ser comunicados,

Avenida Jorge Teixeira s/n, bairro: Centro, CEP 76.976-000

Primavera de Rondônia - Estado de Rondônia

Tel.: (69) 3446-1016 E-mail: camara@primaveraderondonia.ro.leg.br



Câmara Municipal de Primavera de Rondônia
Estado de Rondônia
Assessoria Jurídica

dentro de 3 (três) dias, à autoridade superior, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de 5 (cinco) dias, como condição para a eficácia dos atos.

2.5 – DAS RESSALVAS FINAIS

Frise-se, novamente, que esta assessoria jurídica não tem atribuição nem possibilidade de verificar a autenticidade, legitimidade e veracidade das informações, declarações e documentos trazidos aos autos. Por conta disso, o Administrador Público, pelo seu poder/dever de fiscalização e de análise discricionária do mérito administrativo, tem a total responsabilidade pela dispensa de licitação.

Ou seja, o quantitativo definido não foi objeto de análise, portanto, cabe ao gestor efetuar o planejamento em consonância com o interesse público. Na mesma linha, deve ser esclarecido que o constante no processo não foi objeto de análise quanto à sua veracidade, mesmo porque esse tipo de ato não compete à assessoria jurídica, até mesmo em função da presunção de legitimidade dos atos administrativos.

O Tribunal de Contas da União compreende que a realização de mais de uma contratação direta para aquisição de objetos idênticos, com base no inciso II do art. 24 da Lei 8.666/93, pode configurar ocorrência de fracionamento ilegal de despesas, caracterizando fuga ao procedimento licitatório (AC-1193-13/07-1, Sessão: 08/05/07 Grupo: II, Classe: II, Relator: Ministro Valmir Campelo - Tomada e Prestação de Contas - Iniciativa Própria).

Portanto, a título de alerta, **deve o administrador público atentar-se a tal recomendação, para que a prestação do serviço, que se presta ao atendimento das despesas apenas com o referido curso não caracterize burla ao procedimento de licitação, nem tampouco fracionamento ilegal.**

3. CONCLUSÃO



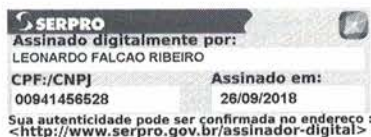
Câmara Municipal de Primavera de Rondônia
Estado de Rondônia
Assessoria Jurídica

Essas são as considerações jurídicas nas quais submetemos o órgão consultante para saneamento do referido processo. Após as correções devidas, prossiga-o sem reenviar a este consultor jurídico.

Porto Velho, 25 de setembro de 2018.

Leonardo Falcão Ribeiro

OAB/RO nº 5.408





Câmara Municipal de Primavera de Rondônia
Estado de Rondônia
Assessoria Jurídica

PARECER N° 03/2020

REFERÊNCIA: Processo n° 002/2020

PROCEDÊNCIA: Câmara Municipal de Primavera de Rondônia

INDEXAÇÃO: Direito Administrativo. Licitação Pública. Inexibibilidade de Licitação. Lei n° 8.666/93. Regularidade. Possibilidade.

1. RELATÓRIO

Trata-se de procedimento administrativo instaurado pela Câmara Municipal de Primavera de Rondônia, almejando a abertura de processo administrativo estimativo, com valor de R\$ 766,56 (setecentos e sessenta e seis reais e cinquenta e seis centavos), para pagamento de despesas com Fornecimento de Água no período estimado de janeiro a dezembro de 2020.

Os autos ingressaram neste assessoria jurídica para emissão de parecer jurídico sobre a contratação, onsoante mandamento legal da Lei Federal n° 8.666/93.

Eis a síntese.

2. FUNDAMENTAÇÃO

2.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Convém destacar que compete a este escritório de advocacia prestar consultoria sob o prisma estritamente jurídico, não lhe cabendo adentrar em aspectos relativos à conveniência e à oportunidade da prática dos atos administrativos, que estão reservados à esfera discricionária do administrador público legalmente competente, tampouco examinar questões de natureza eminentemente técnica, administrativa e/ou financeira.

2.2 DA EXISTÊNCIA DE REQUISITOS PARA CONFIGURAÇÃO DA INEXIBILIDADE

A legislação vigente prevê expressamente as hipóteses em que a Administração pode deixar de realizar certame licitatório realizando, outrossim, a contratação direta.



Câmara Municipal de Primavera de Rondônia
Estado de Rondônia
Assessoria Jurídica

No caso de contratação de serviços públicos de telefonia, via de regra, a Administração opta pela contratação via inexigibilidade, com fulcro no artigo 25, caput, da Lei nº 8.666/93, in verbis:

Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

Dá-se a inexigibilidade de licitação quando for inviável a competição. O conceito de inviabilidade de competição não foi explicitado pela lei, retratando intencional amplitude de abrangência. Todas as situações que caracterizarem a inviabilidade de competição podem propiciar a ausência de licitação e a contratação direta.

A inexigibilidade decorre da impossibilidade fática, lógica ou jurídica de competição, conforme lição da professora Maria Sylvia Zanella de Pietro, em Direito Administrativo. 22. ed. – São Paulo: Atlas, 2009, pg 365:

Nos casos de inexigibilidade, não há possibilidade de competição, porque só existe um objeto ou uma pessoa que atenda às necessidades da Administração; a licitação é, portanto, inviável.

Desta forma, a inexigibilidade de licitação pressupõe a impossibilidade de competição quando existir um único objeto ou pessoa que atenda às necessidades da Administração.

Quanto à contratação em questão, trata-se de hipótese em que a Administração Pública se situa na qualidade de usuária ou consumidora de serviço público, em condições de igualdade como qualquer outro usuário, vinculada através de contrato de adesão e de consumo, em que as regras são predominantemente privadas.

2.3 DOS REQUISITOS DO ARTIGO 26 DA LEI Nº 8.666/93

Uma vez caracterizada a inexigibilidade de licitação, a Administração deverá atentar, ainda, para o disposto no art. 26 da Lei nº 8.666/93:



Câmara Municipal de Primavera de Rondônia
Estado de Rondônia
Assessoria Jurídica

Art. 26. As dispensas previstas nos §§ 2º e 4º do art. 17 e no inciso III e seguintes do art. 24, as situações de inexigibilidade referidas no art. 25, necessariamente justificadas, e o retardamento previsto no final do parágrafo único do art. 8º desta Lei deverão ser comunicados, dentro de 3 (três) dias, à autoridade superior, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de 5 (cinco) dias, como condição para a eficácia dos atos.

Parágrafo único. O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:

I - caracterização da situação emergencial, calamitosa ou de grave e iminente risco à segurança pública que justifique a dispensa, quando for o caso; (Redação dada pela Lei nº 13.500, de 2017)

II - razão da escolha do fornecedor ou executante;

III - justificativa do preço.

IV - documento de aprovação dos projetos de pesquisa aos quais os bens serão alocados.

Com efeito, neste caso particular, as exigências atinentes consistem em:

- a) Justificativa do afastamento da licitação;
- b) Comunicação, dentro do prazo de três dias, à autoridade superior para ratificação e publicação na imprensa oficial no prazo de cinco dias;
- c) Razão da escolha do fornecedor;
- d) Justificativa do preço.

Como se observa da leitura do *caput* do dispositivo legal referido, impõe-se à autoridade responsável pela contratação o dever de justificar o afastamento da licitação.



Câmara Municipal de Primavera de Rondônia
Estado de Rondônia
Assessoria Jurídica

Segundo a Orientação Normativa AGU nº 17, de 01/04/2009, a razoabilidade da proposta poderá ser avaliada mediante comparação com os preços praticados pelo fornecedor junto a outros órgãos públicos e/ou privados, sem afastar, todavia, outros meios idôneos aptos a atender tal finalidade:

“A razoabilidade do valor das contratações decorrentes de inexigibilidade de licitação poderá ser aferida por meio da comparação da proposta apresentada com os preços praticados pela futura contratada junto a outros entes públicos e/ou privados, ou outros meios igualmente idôneos.”

Cumprе consignar, neste ponto, que a tarifa cobrada pela empresa deverá ter seus valores definidos e homologados nos termos legais, inclusive em no que diz respeito à política tarifária para o setor.

Outrossim, cumpre destacar, que a autoridade competente deve juntar ao autos toda informação ou documento sobre a política tarifária adotada para o setor, incentivos, tarifas diferenciadas, entre outras, com o fim de comprovar, inclusive, se a tarifa contratada é compatível com a cobradas para outros órgãos públicos.

Acerca da publicação da inexigibilidade, quanto à contratação não ultrapassar os limites previstos no art. 24, incisos I e II da Lei nº 8.666/93, a AGU possui a seguinte orientação normativa:

*Orientação Normativa nº 34, de 13 de dezembro de 2011: “As hipóteses de inexigibilidade (art. 25) e dispensa de licitação (incisos I e seguintes do art. 24) da lei 8.666 de 1993, **cujos valores não ultrapassem aqueles fixados nos incisos I e II do art. 24 da mesma lei, dispensam a publicação na imprensa oficial do ato que autoriza a contratação direta**, em virtude dos princípios da economicidade e eficiência, sem prejuízos da utilização de meios eletrônicos de publicidade dos atos e da observância dos demais requisitos do art. 26 e de seu parágrafo*



Câmara Municipal de Primavera de Rondônia
Estado de Rondônia
Assessoria Jurídica

único, respeitando-se o fundamento jurídico que amparou a dispensa a dispensa e inexigibilidade” (Grifei).

Desta forma, nesta hipótese está dispensada a publicação do ato que autoriza a contratação direta, em virtude dos princípios da celeridade e economicidade, devendo, todavia, ser utilizados os meios eletrônicos para a publicidade.

2.4 DA NÃO EXISTÊNCIA NOS AUTOS DA NOTA DE EMPENHO

A nota de empenho possui previsão legal no art.58 da Lei Federal nº 4.320/64 e é conceituada como ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado a obrigação e pagamento pendente ou não de implemento da condição. Importante destacar que o conceito de estado do referido artigo é *latu sensu*, ou seja, abarca todos os entes da federação englobando tanto a União, como os Estados-Federados, Distrito Federal e Municípios tudo em consonância com o disposto no art. 18 da CF/88.

Nesse sentido a própria Lei Federal nº 4.320/64 estabelece que o empenho é prévio a execução da despesa, vejamos:

Art. 60: é vedada a realização da despesa sem prévio empenho.

Ainda e este respeito, atenta-se para o posicionamento da Procuradoria-Geral Federal sobre o tema, exigindo a efetivação do empenho por ocasião da contratação, nos termos do parecer normativo nº 04/2012/GT359/DEPCONSU/PGF/AGU:

III. É necessária a realização do empenho antes da celebração de contrato, que resulte em dispêndio de recursos, sejam eles decorrentes de procedimentos licitatórios, assim como os de dispensa e de inexigibilidade de licitação.

Logo, para o prosseguimento do processo, fundamental, antes da expedição da ordem de serviço que seja acostado aos autos o competente empenho da despesa pública.



Câmara Municipal de Primavera de Rondônia
Estado de Rondônia
Assessoria Jurídica

2.5 DA HABILITAÇÃO DA EMPRESA

É evidente que os processos de dispensa e inexigibilidade de licitação não exigem o cumprimento de etapas formais imprescindíveis num processo licitatório, entretanto devem obediência aos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e probidade administrativa impostos à Administração pública.

Por outro lado, esses processos devem ser muito bem instruídos, e além dos documentos de habilitação e regularidade fiscal da empresa, devem ser comprovada nos autos a caracterização da razão da escolha do fornecedor e a justificativa do preço, nos termos do parágrafo único, do art. 26 da Lei nº 8.666/93.

Portanto, cabe a empresa selecionada juntar aos presentes autos aqueles documentos elencados nos incisos I a IV do art. 27 c/c art. 28 a 31 da Lei nº 8.666/93, naquilo que for pertinente. Trata-se de documentos que a lei exige para habilitação nos procedimentos licitatórios, mas que também valem para os casos de dispensa e inexigibilidade.

Nesse sentido a lição do Professor Renato Geraldo Mendes em sua obra "Lei de Licitações e Contratos", 4ª ed, anotada, ampliada, revisada e atualizada, pág. 102, estabelecendo que:

"A habilitação na é uma fase exclusiva da licitação, conforme diz a norma. Também na contratação direta (dispensa e inexigibilidade) é necessário proceder-se a habilitação dos interessados."

Antes de celebrar qualquer contrato, decorrente de procedimento licitatório ou de contratação direta, a Administração Pública deve apurar o valor estimado da contratação, em conformidade com a Lei nº 8.666/93 (arts. 7, §2º, inciso II e 40, §2º, inciso II).

A lei nº 8.666/93, no parágrafo único, do art. 26, prescreve que o processo de dispensa, de inexigibilidade ou retardamento, será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:

Art. 26. (...)



Câmara Municipal de Primavera de Rondônia
Estado de Rondônia
Assessoria Jurídica

Parágrafo único. O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:

(...)

III - justificativa do preço.

2.6 DAS RESSALVAS FINAIS

Frise-se, novamente, que esta assessoria jurídica não tem atribuição nem possibilidade de verificar a autenticidade, legitimidade e veracidade das informações, declarações e documentos trazidos aos autos. Por conta disso, o Administrador Público, pelo seu poder/dever de fiscalização e de análise discricionária do mérito administrativo, tem a total responsabilidade pela inexigibilidade.

Ou seja, o quantitativo definido não foi objeto de análise, portanto, cabe ao gestor efetuar o planejamento em consonância com o interesse público. Na mesma linha, deve ser esclarecido que o constante no processo não foi objeto de análise quanto à sua veracidade, mesmo porque esse tipo de ato não compete a assessoria jurídica, até mesmo em função da presunção de legitimidade dos atos administrativos.

O Tribunal de Contas da União compreende que a realização de mais de uma contratação direta para aquisição de objetos idênticos, com base no inciso II do art. 24 da Lei nº 8.666/93, pode configurar ocorrência de fracionamento ilegal de despesas, caracterizando fuga ao procedimento licitatório (AC-1193-13/07-1, Sessão: 08/05/07 Grupo: II, Classe: II, Relator: Ministro Valmir Campelo – Tomada e Prestação de Contas – Iniciativa Própria).

Portanto, a título de alerta, deve o Administrador atentar-se a tal recomendação, para que a aquisição dos serviços, que se presta o atendimento das despesas apenas com a prestação destes serviços não



Câmara Municipal de Primavera de Rondônia
Estado de Rondônia
Assessoria Jurídica

caracterize burla ao procedimento de licitação, nem tão pouco fracionamento ilegal.

3. CONCLUSÃO

Ante ao exposto, deve o órgão assessorado seguir as orientações acima exaradas, esta assessoria jurídica opina pela possibilidade de dar prosseguimento ao processo, visando à contratação direta, via inexigibilidade de licitação, de serviço de Fornecimento de Água, **condicionando sua eficácia o atendimento do que foi exposto no parecer.**

Primavera de Rondônia, 09 de janeiro de 2020.



Leonardo Falcão Ribeiro

OAB/RO 5.408



Câmara Municipal de Seringueiras
Estado de Rondônia
Assessoria Jurídica

Parecer Jurídico nº 001/2019

Processo nº 001/2019

Interessada: Rinte Arantes Silva

Ementa: Servidor Público. Licença para tratar de interesses particulares. Concessão. Requisitos. Competência. Princípio de proteção à família (art. 226 da CF/88).

I. RELATÓRIO

Trata-se de consulta formulada pela Câmara Municipal de Seringueiras sobre a possibilidade/legalidade de conceder ao servidor Rinte Arantes Silva afastamento das atividades, sem remuneração, pelo período de 2 (dois) anos, tendo em vista que sua cônjuge assumiu concurso público em outro Estado.

É o necessário a relatar. Passo a opinar.

II. FUNDAMENTAÇÃO

O requerente é servidor público municipal, ocupante do cargo de vigia na Câmara Municipal de Seringueiras/RO e solicita afastamento por 2 (dois) anos com fundamento no art. 99 e ss. da Lei Municipal nº 048, de 27 de setembro de 1994.

Conforme leciona Odete Medauar “as licenças, também denominadas afastamentos, são período em que o servidor deixa de exercer atribuições de seu cargo, função ou emprego, por razões apontadas na lei, podendo perceber ou não seus vencimentos. Algumas licenças configuram direitos dos servidores; outras dependem de apreciações de mérito, pela autoridade administrativa. (...). Dentre as não remuneradas se inclui a licença para tratar de assuntos particulares, a critério da Administração”.



Câmara Municipal de Seringueiras
Estado de Rondônia
Assessoria Jurídica

No que diz respeito à licença para tratar de assuntos particulares, a Lei Federal nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, dispõe o seguinte:

Art. 81. Conceder-se-á ao servidor licença:
I - por motivo de doença em pessoa da família;
II - por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro;
III - para o serviço militar;
IV - para atividade política;
V - para capacitação; (Redação dada pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)
VI - para tratar de interesses particulares;
VII - para desempenho de mandato classista.

Art. 91. A critério da Administração, poderão ser concedidas ao servidor ocupante de cargo efetivo, desde que não esteja em estágio probatório, licenças para o trato de assuntos particulares pelo prazo de até três anos consecutivos, sem remuneração.

Parágrafo único. A licença poderá ser interrompida, a qualquer tempo, a pedido do servidor ou no interesse do serviço.”

No âmbito municipal, a licença requerida está prevista no inciso VII do art. 81 e 99 da Lei Municipal nº 048/1995, vejamos:

Art. 81. Conceder-se-á ao funcionário licenças:
[...]

VII - Para tratar de interesse particular;

Art. 99 – A critério da Administração, poderá ser concedida ao funcionário estável licença para tratar de interesses particulares, pelo prazo de até 02 (dois) anos consecutivos, sem remuneração.

§1º - A licença poderá ser interrompida a qualquer a qualquer tempo, a pedido do funcionário ou no interesse do serviço.

§2º - Não se concederá nova licença antes de decorrido 2 (dois) anos de término da anterior.

Assim, segundo a legislação vigente, a concessão de licença, sem remuneração ou vencimento, para tratar de interesse particular, somente poderá ser autorizada aos servidores que não estejam em estágio probatório e que não tenha usufruído de outra licença pelo período de 2 (dois) anos.

Impende destacar que consta nos autos que o servidor em epígrafe gozou de licença prêmio no período de 01-10-2018 a 31-12-2018. Todavia, a licença em destaque em nada tem a ver com a prevista no art. 99, §2º da Lei Municipal nº



Câmara Municipal de Seringueiras
Estado de Rondônia
Assessoria Jurídica

048/1995, visto que a licença aqui prevista é para tratar de interesse particular sem remuneração.

No que tange ao estágio probatório verifica-se que o mesmo já fora cumprido, visto que o servidor ingressou nos quadros da Administração Pública em 20 de março de 1998, ou seja, há mais de 20 anos atrás. O estágio de prova é de 3 (três) anos, consoante mandamento previsto no art. 41 da Constituição Federal de 1988.

Por derradeiro, a licença requerida é marcada pela sua característica discricionária e deve se respaldar pelos princípios da moralidade e da impessoalidade. Isso permite que a autoridade competente tenha a seu favor a conveniência e a oportunidade de conceder a licença, e, mesmo depois de concedida, tenha a possibilidade interrompê-la no interesse da administração, ou seja, a licença tem natureza precária e pode ser interrompida a qualquer tempo a pedido do servidor ou no interesse do serviço.

III. CONCLUSÃO

Isto posto, após verificar que o Requerente não se enquadra em nenhuma das situações impeditivas, qual seja, (1) estar em estágio probatório; (2) não ter usufruído de outra licença para tratar de interesse particular no prazo de dois anos – entendendo que a competência para decidir sobre o pedido de concessão de licença para tratar de interesse particular, formulado pelo Requerente é do Gestor competente em razão da discricionariedade do ato.

Seringueiras, 07 de janeiro de 2019.

SERPRO
Assinado digitalmente por:
LEONARDO FALCAO RIBEIRO
CPF:/CNPJ 00941466528 Assinado em: 09/01/2019
Sua autenticidade pode ser confirmada no endereço :
<<http://www.serpro.gov.br/assinador-digital>>

Leonardo Falcão Ribeiro
OAB/RO 5.408

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DE RONDÔNIA - CRA/RO.

Autos nº 439/2017

O Conselho Regional de Administração encaminhou a este Escritório de Advocacia, por meio de Memo nº 153/2017/GP/CRA-RO, a fim de obter consulta jurídica acerca da contratação de empresa especializada para fornecimento de coffe break e coquetel.

Pois bem, passa-se a apreciação.

1. Da nota de empenho

A nota de pré-empenho acostada à fl. 4 encontra-se sem assinatura do Diretor Administrativo e Financeiro. Dito isso, necessária a devida rubrica.

2. Da cotação de preços

Consta às fls. 11/19 cotações de preços do coquetel e coffe break.

Necessário pontuar que as cotações constantes às fls. 11/12 e 14/15 encontram-se apócrifas.

3. Do projeto básico

A fase inicial - interna - de um procedimento licitatório decorre de prévia elaboração de termo de referência. Tal instrumento deve conter a descrição do objeto

com suas especificações e detalhamento, conforme os parâmetros exigidos no art. 7º da Lei de Licitações.

Pontua-se que a partir da confecção do termo de referência é que se evidenciam todas as peculiaridades (especificações técnicas, quantitativos, etc) daquilo que a Administração pretende obter. Sem este instrumento não há como elaborar um edital, haja vista que este decorre daquele.

Em análise aos autos não ocorreu a elaboração prévia de termo de referência, constando apenas como anexo do instrumento convocatório.

4. Da necessidade de análise prévia

Os autos foram encaminhados a esta Assessoria Jurídica em 14 de setembro de 2017 e recebidos na mesma data. Por sua vez, a abertura da licitação ocorreu em 08 de setembro de 2017. Ou seja, a abertura da licitação ocorreu previamente a esta análise jurídica.

Dito isso, alerta-se ao Gestor da imprescindibilidade de análise prévia por esta Assessoria a fim de resguardar os atos a serem praticados pelo mesmo. Assim, acautele-se para que tal ato não ocorra nos demais processos administrativos.

5. Dos termos do edital

• Da participação na licitação

O edital, no item 2.1, estabelece quais empresas poderão participar do procedimento licitatório.

Necessário pontuar que nesta licitação somente poderá participar ME e EPP, haja vista os termos contidos na Lei Complementar nº 123/2006, *in verbis*:

Art. 48. Para o cumprimento do disposto no art. 47 desta Lei Complementar, a administração pública:

I - deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de

contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais); (grifou-se).

Levando-se em consideração que a carta convite possui como valor estimado R\$ 12.000,00 (doze mil reais), cabe afirmar a participação exclusiva de ME e EPP neste certame, nos termos legais supracitados.

- **Do objeto licitado**

O objeto licitado é a contratação de empresa especializada em fornecimento de coffe break e coquetel, conforme consta no edital.

Logo, nos depáramos com dois objetos que foram licitados em lote único. Sobre tal fato cabe citar a súmula 247, do Tribunal de Contas da União:

É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.

Levando-se em consideração os termos supracitados os objetos deveriam ter sido licitados por item, haja vista que estamos a falar de coquetel e coffe break. Tal inobservância repercute diretamente na economicidade que se almeja no procedimento licitatório.

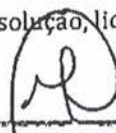
- **Da vedação de participação no certame licitatório**

O edital, em seu item 2.2 estabelece as empresas que não poderão participar do certame, constando dentre as hipóteses as empresas em consórcio. Cito:

2.2 Estão impedidas de participar do presente Convite:

Não poderão participar deste certame as Pessoas jurídicas:

2.2.2 Estejam sob falência, dissolução, liquidação, consórcios de empresas, [...]



Depreende-se dos termos editalícios a impossibilidade de participação no certame de empresas que estiverem reunidas em consórcio.

Pois bem, o Tribunal de Contas da União, por meio do seu Informativo de Licitações e Contratos nº 8 estabelece que "caso seja feita a opção por não permitir, no edital do certame, a participação de empresas na forma de consórcios, considerando a faculdade constante do art. 33, caput, da Lei nº 8.666/1993, justifique formalmente tal escolha no respectivo processo administrativo da licitação". Não há tal justificativa.

• Dos documentos de habilitação

O edital no item 3 estabelece os documentos de habilitação que deverão ser apresentados pelos licitantes, mas não prevê a possibilidade de aceitação de certidão positiva com efeito negativo, sendo um erro, tendo em vista que essa é expedida em casos de parcelamento de débito, penhora ou exigibilidade suspensa.

Tal disposição encontra amparo no próprio Código Tributário Nacional:

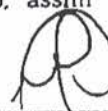
Art. 205. A lei poderá exigir que a prova da quitação de determinado tributo, quando exigível, seja feita por certidão negativa, expedida à vista de requerimento do interessado, que contenha todas as informações necessárias à identificação de sua pessoa, domicílio fiscal e ramo de negócio ou atividade e indique o período a que se refere o pedido.

Parágrafo único. A certidão negativa será sempre expedida nos termos em que tenha sido requerida e será fornecida dentro de 10 (dez) dias da data da entrada do requerimento na repartição.

Art. 206. Tem os mesmos efeitos previstos no artigo anterior a certidão de que conste a existência de créditos não vencidos, em curso de cobrança executiva em que tenha sido efetivada a penhora, ou cuja exigibilidade esteja suspensa. (grifo nosso).

Nesse mesmo sentido, segue o entendimento da jurisprudência do TRF-1, conforme demonstrado a seguir:

ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA. INABILITAÇÃO INJUSTA. SEGURANÇA DEFERIDA. I - A existência de certidões positivas com efeito de negativas não é motivo suficiente para inabilitar empresa de licitação. II - Comprovada a regularidade fiscal da impetrante e, sendo esta a causa de sua exclusão do certame, deve-se proceder à anulação do ato administrativo, assim como de seus efeitos como a



contratação da litisconsorte passiva necessária. III - Apelação não provida. ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA. INABILITAÇÃO INJUSTA. SEGURANÇA DEFERIDA. I - A existência de certidões positivas com efeito de negativas não é motivo suficiente para inabilitar empresa de licitação. II - Comprovada a regularidade fiscal da impetrante e, sendo esta a causa de sua exclusão do certame, deve-se proceder à anulação do ato administrativo, assim como de seus efeitos como a contratação da litisconsorte passiva necessária. III - Apelação não provida. (AMS 1997.01.00.036100-1/GO, Rel. Juiz Carlos Alberto Simões De Tomaz (conv), Terceira Turma Suplementar, DJ p.371 de 14/11/2002) (TRF-1 - AMS: 36100 GO 1997.01.00.036100-1, Relator: JUIZ CARLOS ALBERTO SIMÕES DE TOMAZ (CONV.), Data de Julgamento: 17/10/2002, TERCEIRA TURMA SUPLEMENTAR, Data de Publicação: 14/11/2002 DJ p.371)(grifou-se)

Portanto, trata-se de uma praxe administrativa, efetuada pelos órgãos, a aceitação da Certidão Positiva com Efeito de Negativa.

• Do atestado de capacidade técnica

O subitem 3.1.3 estabelece sobre os documentos de qualificação técnica, tendo sido solicitado a comprovação de que o licitante presta ou prestou, sem restrição, o serviço objeto desta licitação.

Quanto a tal exigência cabe informar o entendimento pacificado do Tribunal de Contas da União de que é irregular. Veja-se:

9.2. identificar a Universidade Federal de São Paulo - Unifesp de que:
[...]

9.2.2. constitui irregularidade a exigência, em edital de procedimento licitatório, de comprovação de capacidade técnico-operacional em percentual mínimo superior a 50% dos quantitativos dos itens de maior relevância da obra ou serviço, salvo em casos excepcionais, cujas justificativas deverão estar tecnicamente explicitadas no processo administrativo anterior ao lançamento do respectivo edital, ou no próprio edital e seus anexos, em observância ao inciso XXI do art. 37 da Constituição Federal; inciso I do § 1º do art. 3º e inciso II do art. 30 da Lei 8.666/93; (Acórdão nº 3104/2013; TCU- Plenário; Relator: Ministro Valmir Campelo).

Dito isso, a solicitação de atestado compreendendo a totalidade da prestação dos serviços foi indevida, pois deveria ter se restringido a 50% (cinquenta por cento) dos itens de maior relevância.



- **Da autenticação**

O item 3.2 estabelece a necessidade dos documentos de habilitação serem apresentados em original ou cópias autenticadas.

Necessário pontuar que o Decreto nº 9.094/2017, que dispõe sobre a simplificação do atendimento prestado aos usuários dos serviços públicos, ratifica a dispensa do reconhecimento de firma e da autenticação em documentos produzidos no País e institui a Carta de Serviços ao Usuário, em seu art. 9º estabelece:

Art. 9º Exceto se existir dúvida fundada quanto à autenticidade ou previsão legal, fica dispensado o reconhecimento de firma e a autenticação de cópia dos documentos expedidos no País e destinados a fazer prova junto a órgãos e entidades do Poder Executivo federal.

Assim, recomenda-se que conste nos próximos editais a desobrigação de autenticação de documentos, salvo em caso de fundada dúvida, nos termos legais supracitados.

- **Do edital apócrifo**

Necessário pontuar que o instrumento convocatório encontra-se apócrifo, bem como seus anexos. O art. 40, § 1º da Lei nº 8.666/93 determina que: **"O original do edital deverá ser datado, rubricado em todas as folhas e assinado pela autoridade que o expedir, permanecendo no processo de licitação, [...]".**

Assim, tem-se infringência do disposto em lei.

- **Da ausência de anexo no instrumento convocatório**

Não há no edital convocatório anexo da minuta da carta-contrato, violando o disposto no art. 40, § 2º, III da Lei nº 8.666/93, *in verbis*:

§ 2º Constituem anexos do edital, dele fazendo parte integrante:

[...]

III - a minuta do contrato a ser firmado entre a Administração e o licitante vencedor;

Dessa forma, tem-se a inobservância do disposto em lei.

• Do prazo entre a publicação e o recebimento das propostas

O art. 21, § 2º, IV da Lei nº 8.666/93 trata sobre os avisos de publicação dos resumos dos editais, determinando que o prazo mínimo entre a publicação e o recebimento das propostas é de cinco dias úteis para convite.

Levando-se em consideração que a publicação ocorreu em jornal local no dia 01 de setembro de 2017 a abertura das propostas somente poderia ocorrer em 12 de setembro de 2017 e não no dia 08 de setembro de 2017, como aconteceu.

6. Do adendo modificador

À fl. 57 consta adendo modificador, contudo encontra-se sem assinatura fazendo-se necessário ser subscrita.

7. Conclusão

Levando-se em consideração a análise realizada por esta Assessoria Jurídica, cabe recomendar cautela ao Gestor em efetivar a contratação de empresa especializada em fornecimento de coffee break e coquetel, haja vista os apontamentos realizados.

Porto Velho, 19 de setembro de 2017.

LEONARDO FALCÃO RIBEIRO

OAB/RO n. 5.408



Câmara Municipal de Santa Luzia D'Oeste

Estado de Rondônia

Assessoria Jurídica

PARECER Nº 18/2021

Ementa: CONSULTA JURÍDICA;

RECOMENDAÇÃO CONJUNTA N.

001/2020/MPCRO/TCERO.

1. RELATÓRIO

Trata-se de consulta encaminhada a esta Assessoria Jurídica visando manifestação quanto a aplicabilidade da CONJUNTA N. 001/2020/MPCRO/TCERO no âmbito da câmara municipal de SANTA LUZIA D'OESTE/RO.

É o relatório.

2. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Convém destacar que compete a este Parécista prestar consultoria sob o prisma estritamente jurídico, não lhe cabendo adentrar em aspectos relativos à conveniência e à oportunidade da prática dos atos administrativos, que estão reservados à esfera discricionária do administrador público legalmente competente, tampouco examinar questões de natureza eminentemente técnica, administrativa e/ou financeira.

Pois bem.

2.1. DO CASO CONCRETO

Requer-se análise jurídica quanto a aplicabilidade da recomendação conjunta 001/2020/MPCRO/TCERO no âmbito da câmara municipal de SANTA LUZIA D'OESTE.

A referida recomendação alerta aos Presidentes de Câmaras e Prefeitos Municipais sobre a vedação à concessão, a qualquer título, de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a membros de



Câmara Municipal de Santa Luzia D'Oeste

Estado de Rondônia

Assessoria Jurídica

Poder ou de órgão, servidores e empregados públicos e militares, até 31.12.2021 ou enquanto perdurar a situação de pandemia.

Vejamos o que dispõe os incisos V e VI da recomendação supracitada:

*V – o previsto no inciso I do artigo 8º da Lei Complementar n. 173/2020, de 27 de maio de 2020, que **proíbe, expressamente, que os entes afetados pela pandemia concedam, até 31 de dezembro de 2021,** “a qualquer título, vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a membros de Poder ou de órgão, servidores e empregados públicos e militares, **exceto quando derivado de sentença judicial transitada em julgado ou de determinação legal anterior à calamidade pública**”;*

*VI – a expedição do Parecer Prévio n. PPL-TC 00020/20 (Processo n. 01871/2020),[1] exarado pelo Tribunal de Contas do Estado de Rondônia em 20 de novembro de 2020, com força normativa e vinculante, no sentido de que “em virtude da edição da Lei Complementar n. 173/20, que estabeleceu o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19), alterou a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e deu outras providências, **não é possível, até 31 de dezembro de 2021, a concessão de vantagem, aumento, reajuste ou qualquer adequação aos subsídios** de Prefeitos, Vice-Prefeitos, Vereadores e Secretários Municipais, **salvo se derivado de sentença judicial transitada em julgado ou decorrente de lei autorizativa editada anteriormente à situação de calamidade pública decretada no Estado de Rondônia, ou seja, até a edição do Decreto 24.887/20, de 20 de março de 2020,** em consonância com o artigo 8º, inciso I, da Lei Complementar n. 173/2020”;*



Câmara Municipal de Santa Luzia D'Oeste

Estado de Rondônia

Assessoria Jurídica

A recomendação do MPCRO/TCERO, visa, considerando o atual estado de Calamidade Pública instaurado em todo o Estado de Rondônia visto o Novo Corona Vírus (COVID-19) e em atenção à Lei Complementar n. 173/2020, de 27 de maio de 2020 evitar gastos demasiados, vez que em tese, as atenções deverão ser voltadas ao âmbito da saúde pública enquanto perdurar o estado de calamidade.

Com isso, considerando que a Lei Complementar n. 173/2020 veda expressamente a realização de despesa com pessoal, a recomendação conjunta nada mais faz do que dispor sobre a aplicabilidade da referida norma.

Assim, não poderão ser concedidos qualquer tipo de aumento aos servidores da Câmara, bem como ao prefeito, vice-prefeito, vereadores e secretários, a não ser que o projeto de Lei cujo qual tenha aprovado os aumentos tenha sido sancionado antes de 20 de março de 2020.

Desta forma, embora exista estudo de impacto financeiro cujo qual demonstre que a despesa com pessoal está dentro do limite e que há orçamento para arcar com a referida despesa, o ordenamento jurídico e a recomendação conjunta do MPCRO/TCERO proíbem o **aumento**, podendo prosseguir normalmente somente aqueles que foram concedidos antes de 20 de março de 2020.



Câmara Municipal de Santa Luzia D'Oeste

Estado de Rondônia

Assessoria Jurídica

Destaca-se que podem seguir o curso normal de pagamento a remuneração referente à férias, pecúnia de férias, gratificações existentes antes de 20 de março de 2020, insalubridade, uma vez que estes são direitos dos servidores e que devem estar previstos nos orçamentos anualmente. Todavia, as remunerações que façam jus a progressão de servidor, gratificações instituídas após 20 de março de 2020 e etc. não poderão ocorrer.

Destarte, importa salientar que não compete a essa assessoria jurídica se manifestar sobre cálculos, valores, bem como, em relação ao impacto orçamentário e financeiro, visto que tal atribuição foge a esfera da competência jurídica vinculada à essa escritório de advocacia, cabendo ao setor público acautelar-se para que não haja desrespeito à Lei de Responsabilidade Fiscal.

3. CONCLUSÃO

À vista disso conclui-se que:

a) Caso os aumentos dos subsídios (seja de agente político ou servidores) tenha ocorrido com lei publicada antes de 20 de março de 2020 poderão ser pagos normalmente.

b) Caso os aumentos dos subsídios (seja de agente político ou servidores) tenha ocorrido com lei publicada depois de 20 de março de 2020 **não poderão ser pagos como é o caso desta câmara, devendo, portanto ficarem suspensos.**



Câmara Municipal de Santa Luzia D'Oeste
Estado de Rondônia
Assessoria Jurídica

Porto Velho, 02 de fevereiro de 2021.

Leonardo Falcão Ribeiro
OAB/RO 5.408





Número: **7000664-34.2021.8.22.0018**

Classe: **MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL**

Órgão julgador: **Santa Luzia do Oeste - Vara Única**

Última distribuição : **05/04/2021**

Valor da causa: **R\$ 1.100,00**

Assuntos: **Abuso de Poder**

Juízo 100% Digital? **NÃO**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

| Partes | | Procurador/Terceiro vinculado | | |
|--|---------------------|---|---------|--|
| VINICIUS FERREIRA BARBOSA (IMPETRANTE) | | RODRIGO FERREIRA BARBOSA (ADVOGADO) FABIO DE PAULA NUNES DA SILVA (ADVOGADO) | | |
| PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA D'OESTE - RO (IMPETRADO) | | LEONARDO FALCAO RIBEIRO (ADVOGADO) | | |
| MPRO - MINISTÉRIO PÚBLICO DE RONDÔNIA (TERCEIRO INTERESSADO) | | | | |
| Documentos | | | | |
| Id. | Data | Documento | Tipo | |
| 61941523 | 02/09/2021 17:25 | <u>Recurso Apelacao</u> | RECURSO | |

EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE SANTA LUZIA D'OESTE/RO.

Processo nº 7000664-34.2021.8.22.0018

Apelante: JOSÉ WILSON DOS SANTOS - PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA D'OESTE – RO.

Apelado: VINICIUS FERREIRA BARBOSA.

JOSÉ WILSON DOS SANTOS, portador do CPF n. 288.071.702-72, Presidente da Câmara Municipal de Santa Luzia D'Oeste, pessoa jurídica de direito público, Poder Legislativo Municipal com sede na Rua Ozias Soares de Oliveira, n. 2263, Centro, no Município de Santa Luzia, estado de Rondônia, CEP 76950-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.881.214/0001-38, neste ato, ambos representados pelo escritório de advocacia **LEONARDO FALCÃO RIBEIRO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 27.074.636/0001-34, sociedade individual de advocacia devidamente registrada na OAB Seccional de Rondônia sob o n. 028/2016, com sede na Rua Dom Pedro II, 637, Edf. Centro Empresarial Porto Velho, 5º andar, Sala 512, Caiari, Porto Velho - Rondônia, CEP 76.801-910, neste ato representada pelo seu sócio-administrador **Leonardo Falcão Ribeiro**, advogado, inscrito na OAB-RO sob nº 5.408, inconformada com o teor da r. Sentença de ID n. 61027534 publicada em 18 de agosto de 2021, vem respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, interpor

RECURSO DE APELAÇÃO

(69) 3223-2466 / (69) 3223-9087 / (41) 3242-1643 / (71) 99140-9999

contato@advocaciafr.adv.br

Endereço-Sede: Rua Dom Pedro II, 637, Centro Empresarial Porto Velho, 5º andar, Sala 512, Caiari, Porto Velho - Rondônia, CEP 76.801-910
Endereço-Filial: Rua Conselheiro Laurindo, 600, 7º andar, Sala 705, Centro, Curitiba - Paraná, CEP 80.060-100

Com fundamento no artigo 1.009 do Código de Processo Civil c/c art. 14 da Lei Federal n. 12.016/09, pelas razões em anexo.

Requer, desde já, o recebimento e o processamento do presente recurso. Após, o exame de admissibilidade, requer-se o cumprimento do §1º do artigo 1.010 do CPC, ou seja, a intimação do Apelado, para querendo, apresentar contrarrazões ao presente recurso. Posteriormente, que sejam os autos remetidos ao Tribunal de Justiça de Rondônia, com as razões que seguem em anexo, caso não entenda o Juízo prolator da sentença pela retratação.

Salienta-se que o presente recurso é tempestivo, eis que, o prazo para a interposição findará no dia 03 de setembro de 2021, vez que o prazo processual é de 15 (quinze) dias, cumprindo assim tanto com a obrigatoriedade do artigo 218, quanto com o §5º do artigo 1.003, ambos do Código de Processo Civil.

No que concerne ao preparo, cumpre salientar que o Ente Público é dispensado de seu recolhimento nos moldes do §1º do art. 1007 do CPC.

De tal modo, observa-se que todos os requisitos processuais de admissibilidade foram cumpridos, devendo o presente recurso de apelação ser conhecido e remetido ao Tribunal *ad quem* para o julgamento de mérito, caso não haja juízo de retratação.

Nestes termos,

Pede e aguarda deferimento.

Porto Velho/RO, 03 de setembro de 2021.

Leonardo Falcão Ribeiro
OAB/RO 5408

Maria Luiza Piccoli
OAB/RO 8916

RAZÕES RECURSAIS

Apelante: PRESIDENTE DA CÂMARA DE SANTA LUZIA D'OESTE - JOSÉ WILSON DOS SANTOS

Apelados: VINICIUS FERREIRA BARBOSA

Origem: Vara única de Santa Luzia D'Oeste

Nº Processual: 7000664-34.2021.8.22.0018

**EGRÉGIO TRIBUNAL,
COLEND A CÂMARA,
EMÉRITOS DESEMBARGADORES,**

1. SÍNTESE DOS FATOS

Trata-se de Mandado de Segurança impetrado pelo apelado Vinicius Ferreira Barbosa em face de ato praticado pelo apelante, atual Presidente da Câmara Legislativa do Município de Santa Luzia D'Oeste – José Wilson dos Santos.

Resumidamente, o apelado enquanto impetrante em sede de mandado de segurança, afirma que a eleição para a Mesa Diretora do biênio 2023/2024 fora realizada de forma irregular, pois está em desconformidade com a Constituição Federal.

Em apertada síntese, alega que a atual chapa presidiu/presidi os biênios de 2019/2020, 2021/2022 e ficou consignado que presidirá 2023/2024. O Impetrante alega que esse último é ilegal, tendo em vista os critérios de reeleição da chapa.

Após o julgamento dos autos, a sentença proferida julgou parcialmente procedente o pedido, concedendo parcialmente a segurança para reconhecer a nulidade da eleição da Mesa Diretora para o biênio 2023/2024 da Câmara de



Vereadores do Município de Santa Luzia D'Oeste, determinando a realização de um novo pleito para eleger novos integrantes da Mesa, vedando a recondução de seus membros.

Contudo Excelência, a concessão do pedido formulado pelo impetrante não merece prosperar, posto que a eleição da Mesa Diretora respeitou todos os trâmites legais, previsões constitucionais e regimentais, conforme restará demonstrado no bojo deste recurso de apelação.

De igual forma, *concessa máxima vênia*, ao entendimento da Excelentíssima Juíza Anne Bruinje prolatora da sentença, o rito processual, bem como a própria sentença proferida estão eivados de erros que não podem ser ignorados por esse Tribunal, caso contrário estará esse *juízo ad quem* incorrendo em erro, inobservância legal e prejudicando demasiadamente a parte apelante que não realizou nenhum ato improbo, ilegal ou desarrazoado.

Assim, a recorrente vem, com o devido acatamento, perante Vossa Excelência, apresentar as suas razões que embasam a interposição do presente recurso de apelação, visando a reforma da decisão que concedeu a segurança requerida em primeiro grau.

2. DO CABIMENTO DO PRESENTE RECURSO DE APELAÇÃO

O presente recurso de apelação tem o intuito de reformar a sentença emanada pelo r. Juízo *a quo*, a fim de que seja reformada a sentença proferida, para que a segurança concedida seja denegada e a ação julgada improcedente.

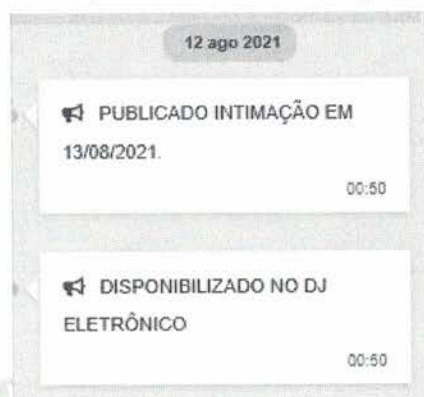
Nesse sentido, usa-se a inteligência do artigo 1.009 do Código de Processo Civil que prevê o cabimento de apelação sobre a sentença proferida. De igual forma, cita-se ainda o teor do artigo 14 da Lei Federal n. 12.016/2009 que também prevê a interposição de apelação em face da sentença que denegue ou conceda a segurança.

Após o exposto, considerando tratar-se de recurso em face da sentença, é cabível, portanto, a presente apelação.



3. DA TEMPESTIVIDADE RECURSAL

A sentença proferida fora publicada em 13 de agosto de 2021:



De acordo com o código de processo civil, o prazo para interpor apelação é o de 15 (quinze) dias úteis. Assim, considera-se tempestivo o presente recurso de apelação, já que o mesmo está sendo interposto no dia 03 de setembro de 2021.

Destarte, o prazo de 15 (quinze) dias úteis para interposição de apelação é gravado no §5º do artigo 1.003 do CPC.

Ademais, tal prazo está registrado no próprio PJE. Desse modo, é tempestivo o recurso.

INTIMAÇÃO (17344167)
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA D'OESTE - RO
Diário Eletrônico (10/08/2021 09:27:14)
O sistema registrou ciência em 13/08/2021 23:59:59
Prazo: 15 dias
Diário Eletrônico (10/08/2021 09:27:14)

03/09/2021 23:59:59
(para manifestação)

4. DO PREPARO RECURSAL

O apelante é Presidente da Câmara Municipal de Santa Luzia D'Oeste, sendo assim o representante do Poder Legislativo, de modo que de acordo com



o §1º do artigo 1.007 do Código de Processo Civil, é dispensado do preparo recursal.

Art. 1.007. No ato de interposição do recurso, o recorrente provará, quando exigido pela legislação pertinente, o respectivo preparo, inclusive porte de remessa e de retorno, sob pena de deserção.

§ 1º São dispensados de preparo, inclusive porte de remessa e de retorno, os recursos interpostos pelo Ministério Público, pela União, pelo Distrito Federal, pelos Estados, pelos Municípios, e respectivas autarquias, e pelos que gozam de isenção legal.

5. DAS RAZÕES PARA REFORMA DA SENTENÇA

Em sentença, o juízo *a quo* julgou procedente o pedido formulado em inicial, concedendo parcialmente a segurança requerida no mandado impetrado, anulando a eleição da mesa diretora para o biênio 2023/2024 da Câmara de Vereadores do Município de Santa Luzia D'Oeste, determinando novo pleito para eleição de novos integrantes da mesa, vedando ainda a recondução de seus membros.

Entendeu o juízo de primeiro piso que a norma regimental que deu base a eleição da Mesa Diretora para o biênio 2023/2024 do Presidente da Câmara de Santa Luzia D'Oeste é inconstitucional. Em suas fundamentações, aduziu que:

[...]

A parte coatora busca resguardo no art. 18 da lei orgânica do Município de Santa Luzia. Entretanto, conforme manifestação do Ministério Público, referido artigo da Lei Orgânica Municipal também padece de inconstitucionalidade por afronta ao disposto no art. 57, §4º, da Constituição Federal devendo, portanto, ser reconhecida sua inconstitucionalidade.

[...]

Assim, há que se reconhecer incidentalmente a inconstitucionalidade do art. 18 da Lei Orgânica do Município de Santa Luzia D'Oeste e do art. 10 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Santa Luzia D'Oeste, no que tange à possibilidade de recondução para o mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente, e, considerando que o direito líquido e certo restou demonstrado por provas pré-constituídas, deve a ordem ser concedida.

Ainda, no caso dos autos, o presente *mandamus* deve ser julgado procedente a fim de que seja declarada a nulidade da mesa diretora do biênio 2023/2024 ante o manifesto descumprimento dos trâmites



definidos no regimento interno da Casa de Leis, conforme se verifica dos documentos colacionados.

[...]

No entanto, como será demonstrado a seguir não há o que se falar em concessão da segurança e tão pouco em declaração de inconstitucionalidade da norma via mandado de segurança, como se verá, houve erro grosseiro quanto a via procedimental do mandado de segurança, seus pedidos e procedência.

O objeto do mandado de segurança gira em torno do ato coator do Presidente da Câmara de Santa Luzia D'Oeste, visto que supostamente, de acordo com as considerações realizadas pelo impetrante, a eleição para a mesa diretora do biênio 2023/2024 realizada pelo Sr. Presidente, foi irregular, pois violava as disposições da Constituição entre outras formalidades previstas no regimento interno da Câmara.

Inicialmente há de se trazer à baila que o Mandado de Segurança é a ação constitucional utilizada para tutelar direito líquido e certo, ameaçado ou violado por autoridade pública ou por aquele que esteja no exercício função desta natureza, ou seja, o Mandado de Segurança é utilizado para combater ilegalidades ou abuso de poder.

No caso em tela, ao analisarmos a situação fática, não vislumbra-se qualquer ilegalidade ou abuso praticado pelo Sr. Presidente, uma vez que a eleição para a mesa diretora foi realizada em consonância com as normas municipais.

Tanto a reeleição, quanto a recondução observaram e seguiram as disposições previstas na Lei Orgânica e no Regimento Interno de Santa Luzia D'Oeste, dispositivos legais que foram elaborados e publicados MUITO ANTES do atual Presidente ser eleito para Vereador, quiçá Presidente.

Tal previsão está acostada no artigo 18 da Lei Orgânica do Município de Santa Luzia, vejamos:

Art. 18 O mandato da Mesa Diretora será de 02 (dois) anos, permitida a recondução para mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente.



Ora, a recondução do Presidente não trata-se de ato abusivo ou ilegal, há fundamento e preceito legal permitindo tal prática, visto que existe artigo da Lei Orgânica do Município de Santa Luzia D'Oeste que foi promulgada em 15 de dezembro de 1989. Desta forma, é notório no caso em apreço a inexistência de ilegalidade ou abuso de poder por parte do Presidente da Câmara de Santa Luzia, razão pela qual é incabível a via eleita pelo apelado para debater a questão em apreço, pois do contexto dos fatos trazidos pelo apelado é possível extrair que a intenção do mesmo nada mais é do que combater possível inconstitucionalidade de lei e INCONSTITUCIONALIDADE DE LEI NÃO PODE SER ARGUIDA EM SEDE DE MANDADO DE SEGURANÇA, caso contrário não haveria AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE.

Ocorre que, a partir do momento em que se verifica uma legislação passível de inconstitucionalidade, por óbvio não se buscará debatê-la via Mandado de Segurança, mas sim, por uma **AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE**, nos moldes do artigo 102 da Constituição Federal c/c Lei Federal n. 9.868/1999 e também no art. 109, I, "k" do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia que dispõe sobre o processamento e julgamento da ação direta de inconstitucionalidade.

A jurisprudência pacífica do Supremo Tribunal Federal entende não ser cabível o mandado de segurança contra lei ou ato normativo em tese, uma vez que ineptos para provocar lesão a direito líquido e certo, *in verbis*:

Agravos regimentais no mandado de segurança. Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). Resolução nº 117/2014. Ato normativo do qual não decorrem efeitos concretos, imediatos, instantâneos. Inviável a impugnação de lei ou ato normativo em tese pela via excepcional do mandado de segurança. Ação mandamental não é sucedânea de ação direta de inconstitucionalidade. Jurisprudência consolidada do STF. Não cabimento do mandado de segurança. Agravo regimental não provido. (AG. REG. E M MANDADO DE SEGURANÇA 33.464 DISTRITO FEDERAL)

Além disso, cabe destacar ainda que o apelado é vereador da casa legislativa, portanto, conhecedor das normas municipais para eleição da mesa



diretora muito antes das eleições terem sido realizadas pelo Presidente da Casa de Leis Municipal, assim, é inviável a impetração de mandado de segurança contra lei em tese, consoante Súmula n. 266 do STF.

Assim sendo, o mandado de segurança não pode ser utilizado como mecanismo de controle abstrato de constitucionalidade. O caso dos autos, claramente versa sobre caso de controle abstrato de constitucionalidade, pois, não se cuida de um caso concreto, mas sim de direito em tese.

Em continuidade, ainda sobre a escolha do mandado de segurança para arguir sobre inconstitucionalidade, tem-se que no presente caso, sequer há o que se falar em princípio de fungibilidade. O impetrante errou de forma grosseira ao impetrar mandado de segurança, não houve equívoco, houve imprecisão, essa que fora despercebida pelo juízo e em sede de sentença ignorada.

Não pode, esse Ilustríssimo Tribunal de Justiça de Rondônia aceitar tal conduta, caso contrário irá incidir em prática processual imperfeita.

Entende-se por direito líquido e certo aquele que não precisa ser apurado, em virtude de estar perfeitamente determinado, podendo ser exercido imediatamente, por ser incontestável e por não estar sujeito a quaisquer controvérsias. É o direito indubitoso que se pode demonstrar de plano, sem a necessidade de dilação probatória, pois detém em sua essência a cogente certeza e liquidez. É direito oriundo de fato certo, que mediante a apresentação de documentos inequívocos pode ser comprovado de pronto sem qualquer espécie dilatória, ao passo que se necessitar de comprovação ulterior o direito não será considerado como líquido e nem ao menos como certo.

Após o exposto, com base no caso concreto, questiona-se: **Qual o direito líquido e certo do impetrante no presente caso? O que lhe foi limitado? Qual foi o ato coator do presidente em face do vereador?**

Reitera-se que o apelante não elaborou a Lei Orgânica da Câmara, não utilizou-se de subterfúgios para se eleger, não realizou nenhum ato improbo, ilegal e errado, somente vinculou-se ao disposto na lei orgânica,



no regimento interno e a outros julgados que permitem a recondução, visto que a matéria sequer é pacífica.

No caso em apreço inexistente fundamentação para impetração de um mandado de segurança, pois não foi violado direito líquido e certo do vereador impetrante, ora apelado. Sua manifestação a todo momento aduz que as eleições foram realizadas de forma irregular face a inconstitucionalidade das normas municipais.

Ora, se a eleição da mesa diretora foi realizada de forma irregular, considerando que os dispositivos são inconstitucionais, caberia o vereador efetivar denúncia ao Ministério Público para que este adotasse as providências necessárias junto ao PGJ para instauração da ADIn, ou mesmo utilizar de um dos legitimados previsto na Constituição do Estado de Rondônia no seu art. 88.

Antes do Presidente ser intimado para prestar informações no mandado de segurança, já havia prestado informações para o Ministério Público, manifestando-se sobre o mesmo assunto. Na oportunidade, a Promotoria de Justiça de Santa Luzia D'Oeste promoveu o arquivamento da notícia de fato anônima após analisar que não havia qualquer ilegalidade ou inexistência de óbice à recondução do mandato dos membros da Mesa Diretora da Câmara Municipal na eleição subsequente.

Necessário enfatizar que o caso em debate não cuida de caso concreto, mas de direito em tese, de direito objetivo, porque não tem por finalidade assegurar pretensões subjetivas das partes e seu controle de constitucionalidade é realizado via ação, visto que é mediante uma ação que tem como objetivo debater a constitucionalidade de uma lei ou ato normativo. Assim, é possível concluir que estamos falando de controle abstrato de constitucionalidade ou melhor dizendo, controle concentrado.

É sabido que por intermédio do controle concentrado de constitucionalidade procura-se obter a declaração de inconstitucionalidade de lei ou de ato normativo em tese, independentemente da existência de um caso



concreto, visando à obtenção da invalidação da lei, a fim de garantir a segurança das relações jurídicas, que não podem ser baseadas em normas inconstitucionais. A declaração de inconstitucionalidade é, pois, o objeto principal da ação.

Conclui-se, portanto, que o presente *mandamus* objetiva a declaração de inconstitucionalidade do artigo 18 da Lei Orgânica do Município e não a anulação de ato praticado pelo Presidente da Câmara Municipal, o que se evidencia se tratar de mandado de segurança contra lei em tese, merecendo, portanto, ser extinto e não julgado procedente.

Há no presente caso erro grosseiro, não ocorreu um simples erro material, ou uma falha jurídica, mas sim um erro processual grave. Fora usado mandado de segurança para debater inconstitucionalidade de lei, o que foi inclusive assentido pelo juízo, visto que esse julgou parcialmente procedente a ação sem ao menos manifestar-se sobre o erro processual, permanecendo assim em erro.

Sequer é possível utilizar o princípio da fungibilidade, pois diferente das hipóteses em que a fungibilidade é cabível, no caso dos autos, não houve qualquer ameaça ou violação a direito líquido e certo, qualquer ato coator praticado pelo Presidente da Câmara que, reitera-se, somente utilizou-se da lei orgânica já publicada anos atrás e seguiu os dispositivos que lá constavam.

Nada obstante, é salutar destacar ainda que o juiz, em regra, decidirá nos limites em que foi proposta a ação, sendo defeso conhecer questões não suscitadas, a cujo respeito a lei exige a iniciativa da parte. Sendo assim, é vedado ao juiz proferir decisão de natureza diversa da pedida.

O limite da sentença é o pedido, com a sua fundamentação. É o que a doutrina denomina de princípio da adstrição, princípio da congruência ou da conformidade, que é desdobramento do princípio do dispositivo do artigo 2º do CPC. O afastamento desse limite caracteriza as sentenças *citra petita*, *ultra petita* e *extra petita*, o que constitui vícios e, portanto, acarreta a nulidade do ato decisório.



No caso em apreço, a sentença proferida pelo juízo a quo caracteriza-se como *ultra petita*. Na sentença ultra petita, o defeito é caracterizado pelo fato de o juiz ter ido além do pedido do autor, dando mais do que fora pedido. Ora, vejamos quais foram os pedidos requeridos pelo apelado em sua inicial:

- a) **RECEBIMENTO** da presente ação, sua autuação e processamento, juntando, para tanto, os documentos anexos;
- b) A CONCESSÃO DE MEDIDA LIMINAR, determinando-se a suspensão dos efeitos da eleição da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Santa Luzia D'Oeste, conforme registrado na 2ª Sessão Ordinária realizada pela Casa Legislativa, com fulcro na inconstitucionalidade da Norma Interna, para determinar a realização de nova eleição obedecendo aos preceitos previstos no art. 57, §4º da CF, devendo a nova eleição ocorrer no prazo máximo de três sessões legislativas, sob pena de procrastinação em favorecimento pessoal;
- c) **NOTIFICAÇÃO** da autoridade coatora para que, no prazo legal, preste informação;
- d) **NO MÉRITO**, A CONCESSÃO DA SEGURANÇA, para confirmar a liminar pleiteada e considerar nula a eleição da Mesa Diretora para o biênio 2023-2024 daquela Casa Municipal de Leis, determinando novo pleito a fim de eleger novos integrantes da Mesa, vedando a recondução de seus membros;
- e) seja dado vista ao Ilustre representante do Ministério Público;
- f) seja, por fim, deferido todos os meios probantes admitidos no direito, sem exceção, se assim exigir o curso do processo;

Nobres Julgadores, da análise dos pedidos requeridos em sede de Mandado de Segurança, é possível perceber que **EM NENHUM MOMENTO é pleiteada a inconstitucionalidade declarada pelo juízo de primeiro piso**, o que se pleiteia é a suspensão dos efeitos da eleição da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Santa Luzia D'Oeste, conforme registrado na 2ª Sessão Ordinária realizada pela Casa Legislativa, bem como a nulidade da eleição da Mesa Diretora para o biênio 2023-2024.

A referida inconstitucionalidade é apresentada pelo apelado com fundamento para a nulidade dos atos, mas em nenhum momento está inclusa



no pedido do requerente. Ora, é claro que o juiz está dentro de sua alçada ao dizer que tal legislação é inconstitucional, mas a partir do momento em que há **DECLARAÇÃO de inconstitucionalidade de ofício**, *concessa máxima vênia*, entende-se que está o juízo ultrapassando os limites da sua competência.

Ora, como já dito, o mandado de segurança não pode ser utilizado como mecanismo de controle abstrato de constitucionalidade. No controle concentrado de constitucionalidade a análise feita pelo órgão competente se realiza de forma abstrata, sendo o STF o único órgão competente para essa função, ou no caso em apreço o TJ-RO. O proponente da ação não tutela um direito seu, mas atua com o fito de preservar a Constituição Estadual **não podendo, portanto, ser declarado de forma incidental pelo o juízo de primeiro piso.**

O controle incidental de constitucionalidade é contrabalançado por duas limitações essenciais: a primeira é a de que **a questão constitucional não integra o pedido**, ou seja, o acesso ao Judiciário não será com o objetivo de declarar a inconstitucionalidade, mas defender-se de alguma situação subjetiva; **a segunda é relativa à eficácia da decisão, que só alcança as partes em litígio.**

O controle difuso de constitucionalidade caracteriza-se, principalmente, pelo fato de ser exercitável somente perante um caso concreto a ser decidido pelo Poder Judiciário. Assim, posto um litígio em juízo, o Poder Judiciário poderá solucioná-lo e para tanto, incidentalmente, deverá analisar a constitucionalidade ou não de lei ou ato normativo – seja ele municipal, estadual, distrital ou federal. A declaração de inconstitucionalidade é necessária para o deslinde do caso concreto, não sendo, pois, o objeto principal da ação. (MORAES, 2005, p. 641).

Na presente ação, o objeto do deslinde dos atos praticados em face da inconstitucionalidade, configura como objeto principal da ação, portanto, não há que se falar em declaração incidental, uma vez que o



caso em apreço não se trata de controle difuso de constitucionalidade, mas sim, de controle concentrado.

Tanto o é verdade, que a sentença proferida encontra-se divergente do que reza a Constituição Federal.

O art. 97 da Constituição Federal dispõe que:

Art. 97. Somente pelo voto da maioria absoluta de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial poderão os tribunais declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público.

Desta forma, a **declaração de inconstitucionalidade neste caso** somente poderá ser pronunciada pelo voto da maioria absoluta de seus membros ou dos membros do órgão especial, **sob pena de absoluta nulidade da decisão emanada do órgão fracionário, em respeito à previsão do artigo 97 da Carta Magna.**

Alexandre de Moraes afirma que esta verdadeira *cláusula de reserva de plenário* atua como condição de eficácia jurídica da própria declaração jurisdicional de inconstitucionalidade dos atos do Poder Público, aplicando-se para todos os Tribunais, via difusa, e para o Supremo Tribunal Federal, também no controle concentrado. Nada obstante, o caso em apreço é caso de repercussão geral, onde, em regra, considerando que se trata de hipótese especial e delicada, o mais adequado seria que seu julgamento fosse realizado pelo pleno do Tribunal.

Desta forma, não cabe a concessão da segurança no presente caso haja vista os argumentos aqui expostos, vez que **o Presidente da Câmara de Santa Luzia não pode ser prejudicado por algo que não deu causa.** A Lei Orgânica e o Regimento Interno foram elaborados muito antes do exercício de seu mandato, que em regra, são utilizados para embasamento legal dos atos praticados.

Assim, cabe destacar que muito embora haja vícios nas respectivas leis, **há de ser preservado a segurança jurídica dos atos praticados pelo Sr. Presidente da Câmara, já que foram praticados em consonância com a Lei**



Orgânica do Município e o Regimento Interno, aos quais presumiam-se legais e constitucionais à época das eleições.

Dito isso, roga-se para que a presente ação não mais prossiga, devendo a Juíza prolatora da sentença retratar-se, ou não sendo esse seu entendimento, dar prosseguimento ao recebimento da presente apelação para posterior remessa dos autos ao segundo piso.

Após a análise do segundo grau, requer-se que seja a sentença proferida pelo juízo *a quo* ANULADA, visto que o processo foi eivado de erros, assim como a sentença sequer deveria ter sido proferida com as alegações aduzidas.

6. DA AUSÊNCIA DE INCOSTITUCIONALIDADE

Em que pese o artigo 29, inciso I, alínea "b" da Constituição Estadual de Rondônia estabelecer que "será de 02 (dois) anos o mandato para membro da Mesa Diretora, vedada a recondução para o mesmo cargo na mesma legislatura", **não há necessidade do Município vincular-se e seguir o que fora definido em ÂMBITO ESTADUAL.**

O Supremo Tribunal Federal proclama que os Estados-membros não são obrigados a seguir o modelo da Constituição Federal no tópico em que esta dispõe e proíbe acerca da reeleição para o período imediatamente posterior, dos integrantes das Mesas das casas legislativas do Congresso Nacional (RTJ 119/964).

Sob a Constituição de 1988, esse entendimento foi manifestado várias vezes, assentando a Suprema Corte que a proibição não se erige em princípio constitucional estabelecido, razão pela qual é legítimo que o Estado-membro adote postura diversa.

Eis o teor do entendimento supracitado:

"Ação direta de inconstitucionalidade. Ataque à expressão 'permitida a reeleição' contida no inciso II do artigo 99 da Constituição do Estado do Rio de Janeiro, no tocante aos membros da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa. - A



questão constitucional que se coloca na presente ação direta foi reexaminada recentemente, em face da atual Constituição, pelo Plenário desta Corte, ao julgar a ADIN 793, da qual foi relator o Sr. Ministro CARLOS VELLOSO. Nesse julgamento, decidiu-se, unanimemente, citando-se como precedente a Representação n 1.245, que **'a norma do § 4º do art. 57 da C.F. que, cuidando da eleição das Mesas das Casas Legislativas federais, veda a recondução para o mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente, não é de reprodução obrigatória nas Constituições dos Estados-membros, porque não se constitui num princípio constitucional estabelecido'**. Ação direta de inconstitucionalidade julgada improcedente" (STF, ADI 792-RJ, Tribunal Pleno, Rel. Min. Moreira Alves, 26-05-1997, m.v., DJ 20-04-1997, p. 104).

"CONSTITUCIONAL. ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA ESTADUAL: MESA DIRETORA: RECONDUÇÃO PARA O MESMO CARGO. Constituição do Estado de Rondônia, art. 29, inc. I, alínea b, com a redação da Emenda Const. Estadual nº 3/92. C.F., art. 57, § 4º. TRIBUNAL DE CONTAS: CONSELHEIRO: NOMEAÇÃO: REQUISITO DE CONTAR MENOS DE SESENTA E CINCO ANOS DE IDADE. Constituição do Estado de Rondônia, art. 48, § 1º, I, com a redação da Emenda Const. Estadual nº 3/92. C.F., art. 73, § 1º, I. I. - A norma do § 4º do art. 57 da C.F. que, cuidando da eleição das Mesas das Casas Legislativas federais, veda a recondução para o mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente, não é de reprodução obrigatória nas Constituições dos Estados-membros, porque não se constitui num princípio constitucional estabelecido. II. - Precedente do STF: Rep 1.245-RN, Oscar Corrêa, RTJ 119/964 (...) - Ação direta de inconstitucionalidade julgada procedente, em parte" (STF, ADI 793-RO, Tribunal Pleno, Rel. Min. Carlos Velloso, 03-04-1997, v.u., DJ 16-05-1997, p. 19.948).

Desta forma, Excelência, assim como há a aplicabilidade de tal entendimento aos Estados-membros, também vislumbra-se que este estenda-se aos Municípios, considerando a autonomia político-administrativa disposta no art. 29 e 30 da Constituição Federal, conforme dispõe o Supremo Tribunal Federal:

O parágrafo 4º do artigo 57 da Constituição Federal está assim redigido:

Art. 57. (...)

§ 4º Cada uma das Casas reunir-se-á em sessões preparatórias, a partir de 1º de fevereiro, no primeiro ano da legislatura, para a

posse de seus membros e eleição das respectivas Mesas, para mandato de 2 (dois) anos, vedada a recondução para o mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente. (EC nº 50/06)
Esta Corte, ao analisar processos em que se discutia a possibilidade de recondução ao cargo e a data para a eleição da Mesa legislativa, **firmou entendimento no sentido de que o art. 57, § 4º, da Constituição Federal não é norma constitucional de reprodução obrigatória**. Confira-se, por exemplo: ADI 793 (rel. min. Carlos Velloso, DJ de 16.05.1997), ADI 2.371-MC (rel. min. Moreira Alves, DJ de 07.02.2003) e ADI 2.292-MC (rel. min. Nelson Jobim, DJe de 14.11.2008).

Ao apreciar caso análogo ao presente, a ministra Cármen Lúcia assim decidiu:

"Se as disposições contidas no art. 57, § 4º, da Constituição, relativas à vedação à reeleição e à data para eleição da Mesa legislativa **não são de reprodução obrigatória pelos Estados-membros, tampouco o prazo de duração do mandato dos membros da referida Mesa deverá sê-lo**" (AI 654.359, DJe de 06.04.2009)."

Desta forma, coadunando com este entendimento, a própria Lei Orgânica do Município de Santa Luzia D'Oeste dispõe que:

Art. 18 O mandato da Mesa Diretora será de 02 (dois) anos, permitida a recondução para mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente.
§ Único - a renúncia de qualquer membro da Mesa, em favor de seu substituto, deverá ser feita apenas mediante relevantes motivos, que deverão ser aprovados pelo Plenário.

Veja, portanto, que o Município de Santa Luzia apenas utilizou de suas prerrogativas conferidas **CONSTITUCIONALMENTE**, optando por permitir a recondução do mandato dos membros da mesa diretora da Câmara Municipal.

A recondução do Presidente não trata-se de ato infundado ou ilegal, há fundamento e preceito legal permitindo tal prática, visto que existe artigo da Lei Orgânica do Município de Santa Luzia D'Oeste que foi promulgada em 15 de dezembro de 1989, dispondo sobre.

Inegavelmente, o Município é parte integrante da República Federativa do

Brasil, nos termos do artigo 1º da Constituição Federal. Aos entes federados, conforme o artigo 18 da mesma Carta Maior, foi outorgada autonomia, reservando-se a soberania apenas ao Estado Federal.

Assim, o federalismo brasileiro agrega quatro entidades federativas – a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios -, todas dotadas de autonomia.

Kiyoshi Harada ("Dicionário de Direito Público", Atlas, SP, 1999, p. 53) conceitua autonomia como a :

"faculdade outorgada pela Carta Magna às entidades políticas componentes do Estado Federal Brasileiro de governarem-se por si mesmo, conferindo-lhes o poder de legislar, dentro de certos limites constitucionais".

No que diz respeito especificamente à Câmara Municipal, deu-lhe a Constituição Federal competência para elaborar e promulgar a Lei Orgânica do Município.

É salutar trazer à Baila que o **PRÓPRIO** Ministério Público não verificou irregularidade na eleição da mesa diretora, **ARQUIVANDO** a denúncia recebida, conforme possível observar junto aos documento anexados por esse Legislativo nesses autos processuais.

Neste sentido, ressalta-se que o Ministério Público é instituição permanente e essencial à função jurisdicional do Estado, sendo responsável, perante o Judiciário, **pela defesa da ordem jurídica e dos interesses indisponíveis da sociedade, pela fiel observância da Constituição e das leis**, sendo organizado, nos Estados, de acordo com as normas gerais que disciplinam sobre.

Quando a matéria ora manifestada foi analisada pela Promotoria de Justiça do município de Santa Luzia D'Oeste, foi emitido parecer onde se promoveu o arquivamento da denúncia em decorrência de não ter se vislumbrado indícios de irregularidades, pois assim como fundamentado nas



razões de apelação, é possível observar que inexistiu óbice à recondução do mandato dos membros da Mesa Diretora da Câmara em eleição subsequente.

Ademais, reitera-se o que já foi exposto alhures, não pode o Presidente, ou qualquer outro membro da mesa diretora ser penalizado, ser de forma coercitiva retirado do cargo que ora ocupa, que foi de forma legal, hígida e correta eleito para ocupar, em decorrência de ter tão somente seguido a lei orgânica que já previa a possibilidade de recondução.

Frisa-se que o Presidente da Câmara apenas observou o preceito legal que já encontrava-se vigente há anos, não utilizou-se de subterfúgios ou alterou a lei para utilizar-se em seu favor, motivo pelo qual não pode sofrer pena por algo que não deu causa, concorreu ou compactuou.

7. DO RECENTE JULGADO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E A NÃO OBRIGATORIEDADE DA REPETIÇÃO DA NORMA E JURISPRUDENCIA

Conforme já narrado alhures, o Supremo Tribunal Federal em outras oportunidades, enfrentou a controvérsia a respeito da aplicabilidade da vedação inserta no art. 57, § 4º, da Constituição Federal aos legislativos estaduais, tendo concluído, que o dispositivo não se consubstanciaria como norma de observância obrigatória pelos Estados membros, e, conseqüentemente, pelos municípios, configurando-se como regra de natureza meramente regimental **incidente apenas nas eleições das mesas diretoras das casas do Congresso Nacional** (ADI 793, Rel. Min. Carlos Velloso, Tribunal Pleno, julgado em 3/4/1997, DJ de 16/5/1997; ADI 792, Rel. Min. Moreira Alves, DJ de 20/4/2001; ADI 2262-MC, Rel. Min. NELSON JOBIM, Tribunal Pleno, julgado em 6/9/2000, DJ de 1/8/2003; entre outros julgados).

Contudo, recentemente, o SFT alterou seu posicionamento. Foi possível observar em alguns julgados que a regra proibitiva do artigo 57, §4º da CF se estenderia às demais casas legislativas estaduais, apontando assim o Supremo a vedação de reeleições sucessivas em âmbito estadual, mas mantendo-se

silente quanto ao âmbito municipal, não devendo o Juízo de primeiro grau ou até mesmo o próprio Tribunal de Justiça de Rondônia julgar o presente caso estendendo o posicionamento do STF, sem esse ter se manifestado sobre tal questão, sem que o órgão que representa a mais alta instância do poder judiciário brasileiro tenha emitido decisão extensiva aos município ou ainda tenha determinado que as decisões em sentido contrário ao entendimento antes adotado seja de repetição obrigatória.

Nem todas as normas, decisões ou jurisprudências possuem reprodução obrigatória, tanto é verdade que existem inúmeros municípios que possuem no texto de suas leis orgânicas a mesma previsão de recondução e possuem a prática de reconduzir os eleitos para os cargos da mesa diretora por vários mandatos consecutivos.

Nesse sentido, considerando que os últimos julgados do STF não se tratam de decisões de reprodução compulsória aos Municípios, não há o que se falar em inconstitucionalidade no presente caso, devendo a mesma ser afastada.

8. DA REQUISIÇÃO PARA SUSTENTAÇÃO ORAL

Por oportuno, em consonância com o disposto no art. 5º, LV da Constituição Federal e art. 937 do CPC, visando resguardar os direitos constitucionais do recorrente, requer-se desde já a autorização deste pleno para que seja designada sustentação oral no referido julgamento, sob pena de nulidade insanável.

9. DOS PEDIDOS

À vista do exposto, vem a recorrente à presença de Vossa Excelência requerer:

(69) 3223-2466 / (69) 3223-9087 / (41) 3242-1643 / (71) 99140-9999

contato@advocaciaifr.adv.br

Endereço-Sede: Rua Dom Pedro II, 637, Centro Empresarial Porto Velho, 5º andar, Sala 512, Caiari, Porto Velho - Rondônia, CEP 76.801-910
Endereço-Filial: Rua Conselheiro Laurindo, 600, 7º andar, Sala 705, Centro, Curitiba - Paraná, CEP 80.060-100



- A) O **RECEBIMENTO** do presente recurso no seu efeito suspensivo, independentemente do juízo de admissibilidade, nos moldes §3º do art. 1010 do CPC;
- B) Que seja a presente apelação conhecida e provida para a **REFORMA TOTAL DA SENTENÇA**, a fim de que seja negada a segurança requerida no mandado impetrado;
- C) Que seja designada **SUSTENTAÇÃO ORAL**, nos moldes do art. 5º, LV da Constituição Federal e art. 937 do CPC.

Termos em que,
Pede e espera deferimento.

Porto Velho, 03 de setembro de 2021.

Leonardo Falcão Ribeiro
OAB/RO 5408

Maria Luiza Piccoli
OAB/RO 5408

